

Plano Diretor Participativo de São Pedro de Alcântara



2ª Rodada de Oficinas Territoriais

Dias 26 de março a
04 de abril de 2024



objetivos da 2ª rodada de Oficinas Territoriais

Apresentar as Diretrizes e Eixos Estratégicos

programação

- pacto de convivência
- apresentação do processo e cronograma
- apresentação dos temas em blocos
- discussão dos temas por blocos - dúvidas e sugestões

pacto de convivência

direitos

- manifestar opiniões sobre assuntos tratados no âmbito da pauta da Oficina Territorial
- formular e debater questões pertinentes ao tema da Oficina Territorial

deveres

- respeitar o pacto de convivência
- respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição
- tratar com respeito e civilidade os participantes da reunião preparatória e seus organizadores
- preencher a lista de participantes

pacto de convivência

manifestações

- orais ou por escrito
- manifestações por escrito: utilizar ficha
- manifestação oral: solicitar inscrição aos secretários
- **a manifestação oral será de até 02 minutos, prorrogáveis por mais 01 minuto**
- a equipe técnica utilizará o tempo adequado para responder às perguntas dos participantes

cronograma

mês 1 a 8

ETAPA 01

PRELIMINAR
PREPARATÓRIA

- Organização equipe prefeitura e UFSC;
- Acordo PMSPA e UFSC sobre metodologia;
- Plano de mobilização social;
- Levantamento de informações existentes;
- Leitura institucional;
- Estruturação da equipe técnica da prefeitura;
- Estruturação do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Municipal de SPA

AUDIÊNCIA
PÚBLICA 01:
LANÇAMENTO PDP

mês 1 a 8

ETAPA 02

LEITURA DA
CIDADE

- Leitura Técnica: pesquisas, levantamento; de dados, mapeamento e análises;
- Leitura Comunitária
- Sistematização da Leitura da Cidade.

CICLO 01:
Primeira Rodada
de Oficinas Territoriais

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Municipal de SPA

AUDIÊNCIA
PÚBLICA 02:
DIAGNÓSTICO

mês 8 a 10

ETAPA 03

DIRETRIZES / EIXOS
ESTRATÉGICOS

- Qualificação do Conselho de Desenvolvimento;
- Sistematização da Leitura da Cidade;
- Elaboração preliminar das diretrizes;
- Definição de estratégias e diretrizes.

CICLO 02:
Segunda Rodada
de Oficinas Territoriais

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Municipal de SPA

ESTAMOS
AQUI!

mês 10 e 11

ETAPA 04

VERSÃO PRELIMINAR DO
PDP

- Sistematização das contribuições das oficinas territoriais e Conselho de Desenvolvimento;
- Elaboração da versão preliminar do PDP.

Discussão no Conselho de Desenvolvimento Municipal de SPA

mês 11 e 12

ETAPA 05

CONSULTA PÚBLICA E
CONSOLIDAÇÃO DO PDP

Estruturação do processo de consulta pública;

Período de Consulta
Pública

Sistematização das contribuições.

CONFERÊNCIA:
Discussão da versão final
do PDP (caráter aberto,
porém **votação apenas**
do Conselho)

VERSÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI A
SER ENCAMINHADO
PARA CÂMARA DE
VEREADORES

2ª Rodada de Oficinas Territoriais

26/03 - Salão da Igreja de Santa Filomena

(Endereço: SC-281, São Pedro de Alcântara - SC, 88125-000)

27/03 - Salão da Capela de São Sebastião

(Endereço: R. Diácono Braz Hillesheim, 380, São Pedro de Alcântara - SC, 88125-000)

02/04 - Ação Social de São Pedro de Alcântara

(Endereço: R. Antônio José Raulino, 2557 - Santa Tereza, São Pedro de Alcântara - SC, 88125-000)

04/04 - Antigo Teatrinho

(Rua João Carlos Clasen, nº 254, Bairro Centro).



A LEITURA DA CIDADE

O que é a Leitura da Cidade?

LEITURA COMUNITÁRIA

Pesquisa de Opinião +
Oficinas Territoriais)

Levantamento de aspectos
positivos e negativos, segundo os
moradores, assim como os
desejos/anseios para a cidade

Elaboração de mapas, gráficos,
esquemas e sínteses para melhor
compreensão e comparação dos
fatores prioritários analisados

+

LEITURA TÉCNICA

Realizada pela **equipe técnica**
(UFSC + PMSPA)

Levantamento e análise de
dados, pesquisas e estudos de
campo

Elaboração de mapas, gráficos,
esquemas e **sínteses**

=

SÍNTESE FINAL

Síntese dos resultados
encontrados, sistematizando
convergências e
complementações entre
Leitura Técnica e
comunitária

- Pontos Positivos
- Pontos Negativos
- Dos Desejos



Plano Diretor Participativo de São Pedro de Alcântara



Abaixo você é livre para se expressar da maneira que preferir. Pode ser uma frase, um texto, palavras soltas, um desenho ou o que você achar melhor. Queremos saber:

Qual São Pedro de Alcântara você quer para os próximos 10 anos?

Quero uma cidade com educação de qualidade, saúde disponível para todos, infraestrutura e saneamento básico sendo vistos com prioridade. Um plano diretor bem direcionado e pensado e benéfico para toda população, então daqui a 10 anos quero viver que foi muito bem planejado e que fizemos parte disso.



Bela e
Naturais 9

Participação
e Educação 7 6

Educação 7

Participação
e Educação 4

Participação
e Educação 3

Participação
e Educação

Leitura Técnica

Organização do documento

A Leitura Técnica abrange análises de temas variados, que permitiram a **aproximação com os principais desafios e potencialidades existentes no município de São Pedro de Alcântara.**

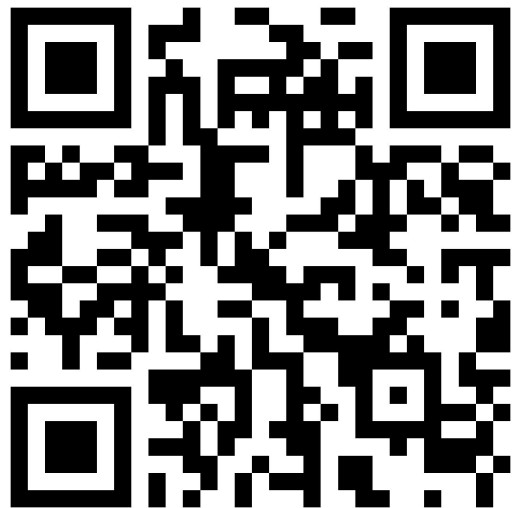
SUMÁRIO

1. Introdução;
2. Aspectos ambientais;
3. Aspectos socioeconômicos;
4. Aspectos urbanísticos (uso e ocupação do solo; habitação; infraestrutura; equipamentos comunitários; mobilidade urbana)
5. Legislação e estrutura institucional; e
6. Considerações Finais.



Acesse no site:
www.participaspa.sites.ufsc.br

Biblioteca de produtos elaborados pela equipe da UFSC



aponte sua câmera para o QR-Code acima
e acesse a biblioteca de produtos

<https://participaspa.sites.ufsc.br/>

participa
são pedro

PÁGINA INICIAL

NOTÍCIAS

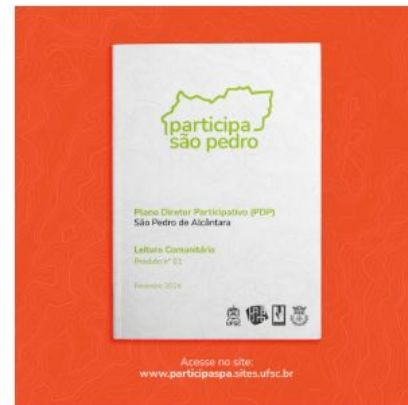
PARTICIPAÇÃO SOCIAL

BIBLIOTECA

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

biblioteca

Clique no produto desejado para obter acesso.

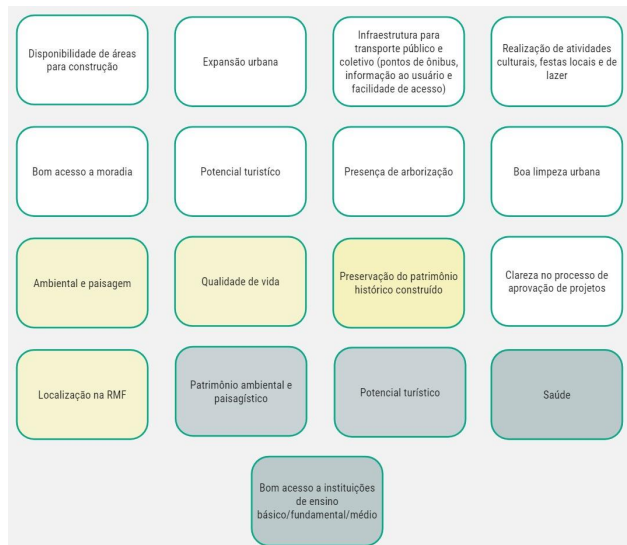


SÍNTESE DA LEITURA DA CIDADE

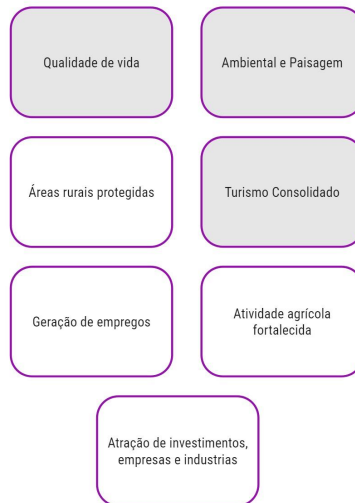
leitura comunitária + leitura técnica

síntese leitura comunitária

pontos positivos



desejos:



pontos negativos



Legenda fundo tarjetas:

QUESTIONÁRIO

OFICINAS

AMBOS

Origem do aspecto na Leitura Comunitária

síntese leitura técnica

pontos positivos

Aumento da participação dos setores de comércio e serviços na economia.

Potencial de desenvolvimento do turismo ligado à cultura e ao patrimônio natural.

Valorização dos moradores do município da herança cultural

as matrículas nas escolas atendem o número necessário

Grande número de bens reconhecidos e/ou tombados

Potencial para maior número de atividades/destinadas a visitação do patrimônio material e/ou ecoturismo voltado ao patrimônio natural

Existência de legislação específica e de dois processos de Reurb-E em andamento.

áreas de lazer bem distribuídas

Baixo déficit habitacional em comparação com outros municípios de mesmo porte na região.

as matrículas nas escolas atendem o número necessário

100% da população total do município tem acesso aos serviços de abastecimento de água

Existência de zoneamento de proteção ambiental dentro e fora do perímetro urbano.

todo o município é atendido pelo recolhimento de resíduos sólidos

Preservação de características físicas próprias do lugar (vias não pavimentadas, presença de paralelepípedos etc)

Existência de critérios para vias, quadras e para a doação de áreas públicas na lei de parcelamento do solo.

Disponibilidade orçamentária para ampliação dos gastos com pessoal.

baixa velocidade e boa relação entre modais

Patrimônio ambiental e paisagístico relevante e preservado

pontos negativos

sem equipamentos de lazer cultural (teatros, cinemas)

Não existe um órgão oficialmente responsável pelo patrimônio que centralize todas as informações e concentre as ações de valorização.

Diminuição da população rural e da extensão das áreas produtivas e nos últimos 10 anos.

Baixa proporção de empregos formais por habitante em comparação com outros municípios da região.

Falta de profissionais no quadro técnico do Município para atender às demandas de planejamento territorial.

Não há registros do livro de tombo

Aumento da dispersão da ocupação urbana ao longo dos últimos anos/dificuldade de concentrar ocupações em uma centralidade

Perímetro urbano incompatível com a realidade da ocupação urbana

Excesso de disposições e conteúdos pouco aplicáveis sobre políticas setoriais.

Existência de núcleos urbanos irregulares em áreas de propriedade estadual.

Leis de patrimônio ambíguas que dificultam o entendimento quanto à proteção ou não proteção desses bens materiais e/ou naturais

Ausência de instrumentos no Plano Diretor voltados à habitação de interesse social.

centralização de equipamentos de saúde e educação, gerando dependência do transporte motor

efluentes lançados diretamente nos canais hídricos

o abastecimento de água é feito por associações, o que dificulta ter dados sobre o serviço, além de não haver uma equipe da prefeitura para resolver problemas relacionados

não há o atendimento público de sistema de esgotamento sanitário, a população é atendida por sistemas alternativos

Baixa infraestrutura, manutenção e conectividade das vias e passeio

Ampliações do perímetro urbano e alterações de zoneamento realizadas desde 2015 sem revisão do Plano Diretor.

não há coleta seletiva

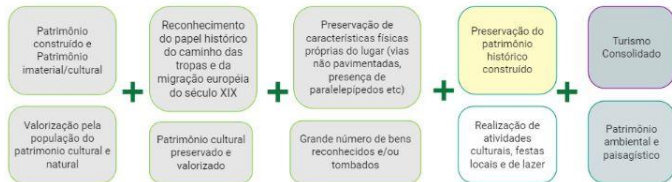
dependência de cidades vizinhas para serviços especializados

Ocupação em áreas de risco e suscetibilidade ambiental

metodologia

exemplo

ASPECTOS POSITIVOS



SÍNTESE

Patrimônio cultural (material e imaterial) relevante e reconhecido

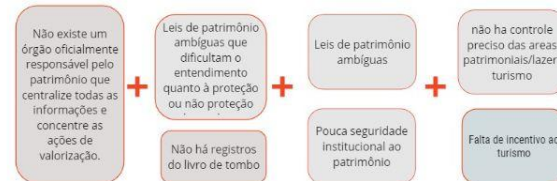
TEMA

PATRIMÔNIO CULTURAL

SÍNTESE

Fragilidades na gestão do patrimônio cultural

ASPECTOS NEGATIVOS



Legenda fundo tarjetas:

QUESTIONÁRIO

OFICINAS

AMBOS

Origem do aspecto na Leitura Comunitária

Legenda bordas tarjetas:

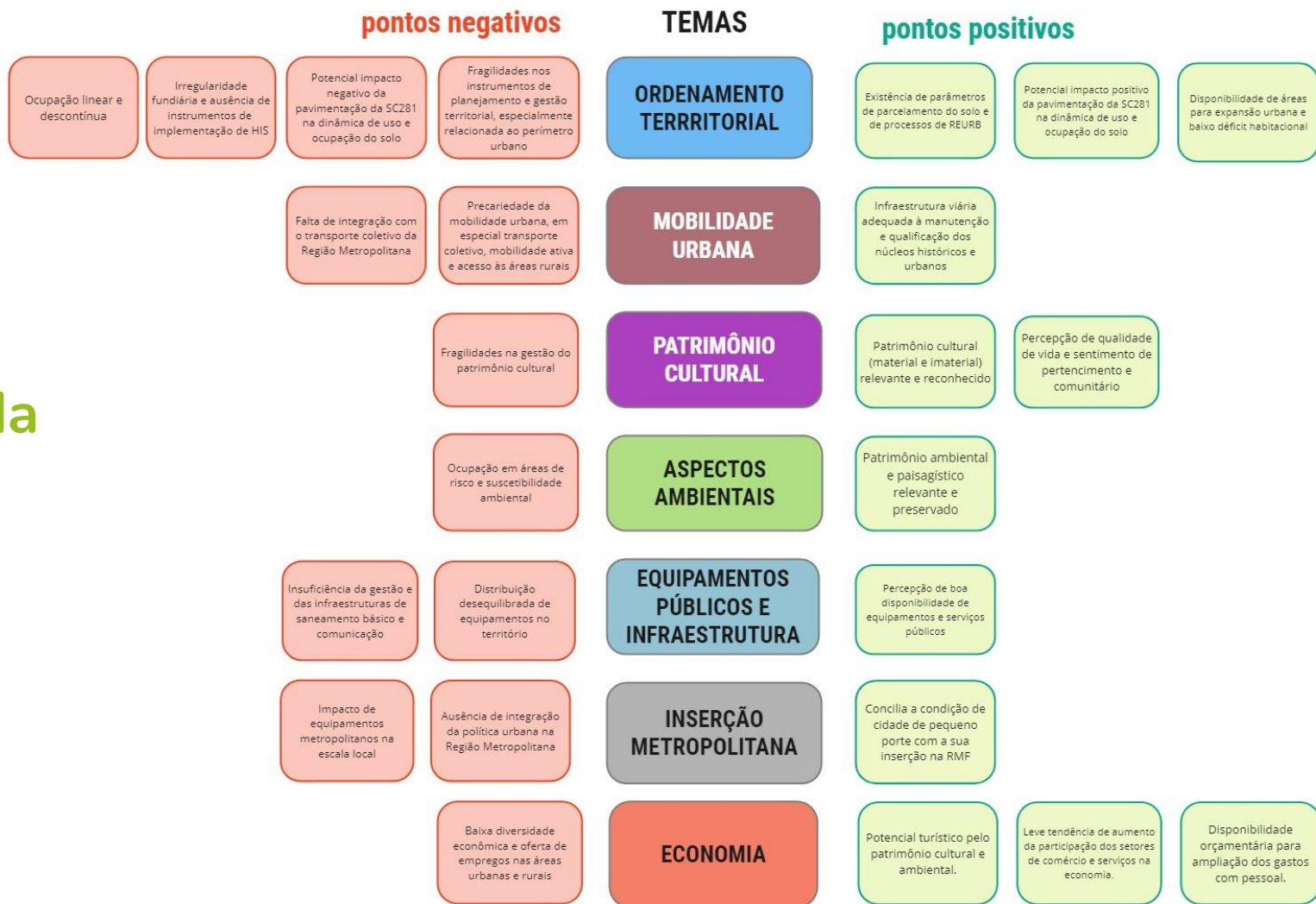
Portos negativos

Pontos positivos

Desejos

Característica do aspecto na Leitura Comunitária

Síntese Leitura da Cidade

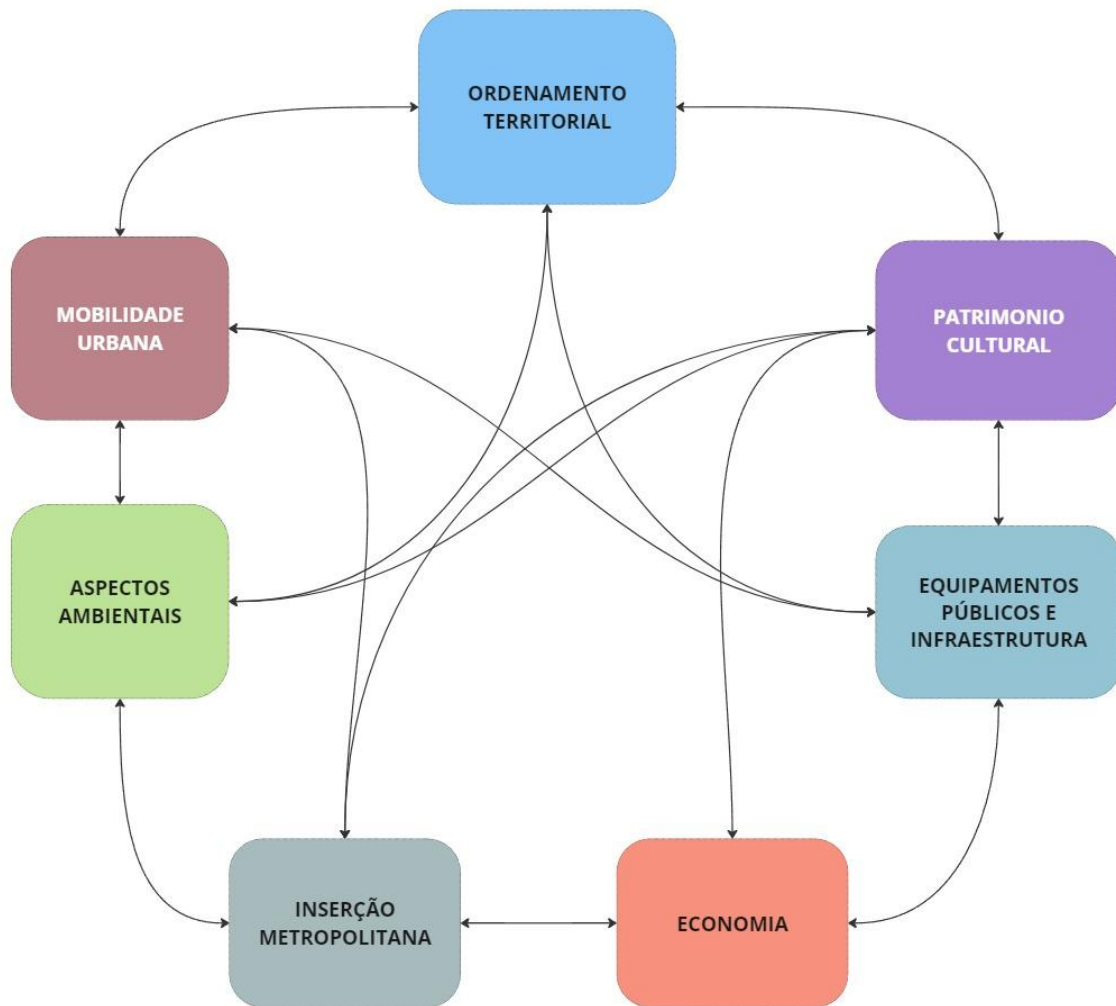


metodologia

temas estruturantes

Os temas estruturantes estão **interligados** e isso é essencial para a promoção de um desenvolvimento urbano sustentável, inclusivo e equitativo.

Como por exemplo: o **ordenamento territorial** deve levar em consideração a preservação e conservação do meio ambiente, identificando áreas de proteção ambiental, como parques naturais e reservas ecológicas, o que **implica diretamente nos aspectos ambientais**.



metodologia

temas estruturantes

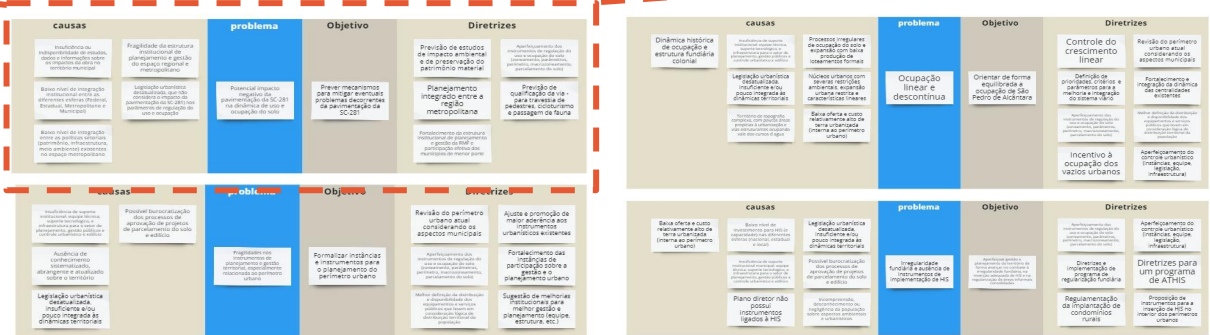
Classificação dos temas estruturantes por ordem de **mais para menos aderência com o conteúdo do Plano Diretor Participativo**



Metodologia: problemas, causas, objetivos e diretrizes



Desenvolvido por temas estruturantes, para cada uma das sínteses



Temas

PRINCÍPIOS

BLOCO 01

1. Macrozoneamento, perímetro urbano e áreas especiais
2. Centralidades
3. Mobilidade
4. Rede de espaços livres

BLOCO 02

5. Desenvolvimento Rural
6. Políticas Setoriais
7. Instâncias Participativas

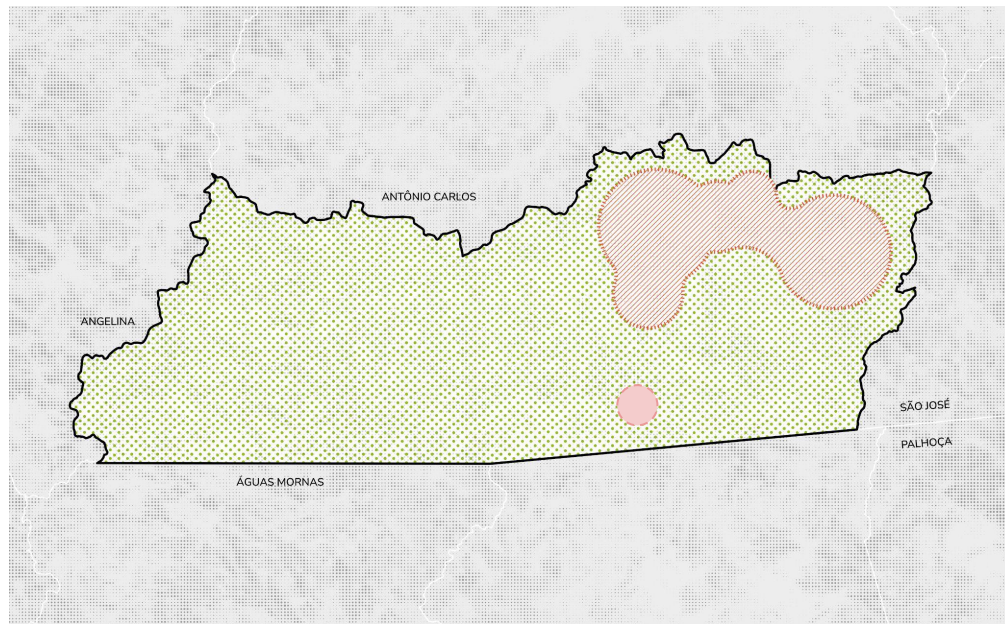
PRINCÍPIOS



1. Desenvolvimento Territorial espacial e ambientalmente sustentável;
2. Fortalecimento de Centralidades Urbanas;
3. Mobilidade intraurbana e metropolitana eficiente;
4. Preservação e Exploração Sustentável dos Recursos Naturais;
5. Valorização do Patrimônio Cultural;
6. Desenvolvimento Econômico Sustentável;
7. Qualidade de Vida e Acesso a Serviços;
8. Qualificação da vida da população residente nas áreas rurais
9. Gestão democrática da cidade.

BLOCO 1

Macrozoneamento, perímetro urbano e áreas especiais

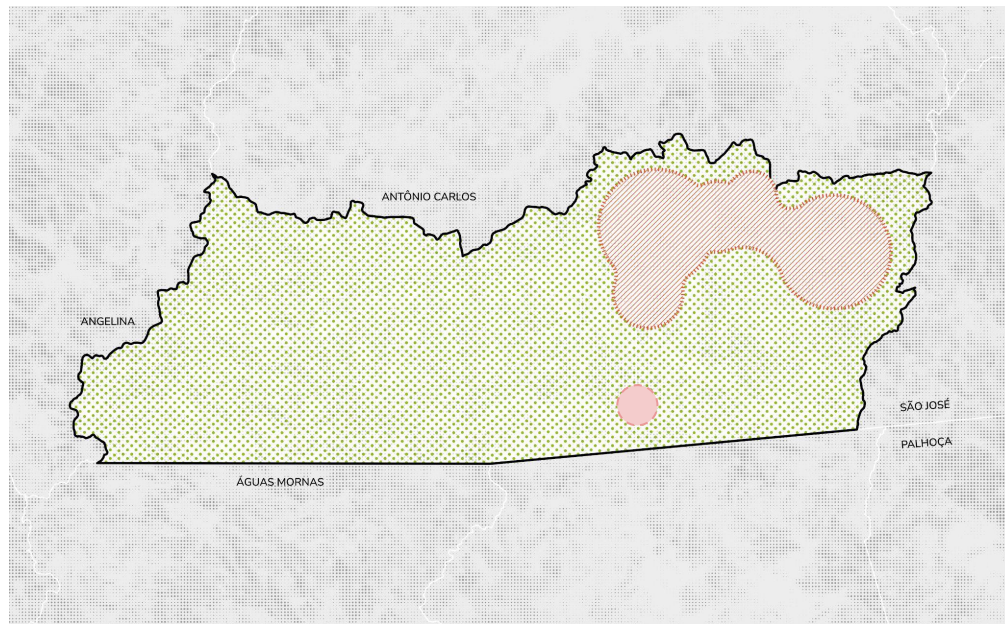


Macrozoneamento

Dividem o território conforme as características de ocupação e de uso do solo de forma a orientar os objetivos, as estratégias e as ações relacionadas com a política de planejamento e gestão territorial e urbanística.

A delimitação das macrozonas também define o perímetro urbano.

Macrozoneamento, perímetro urbano e áreas especiais

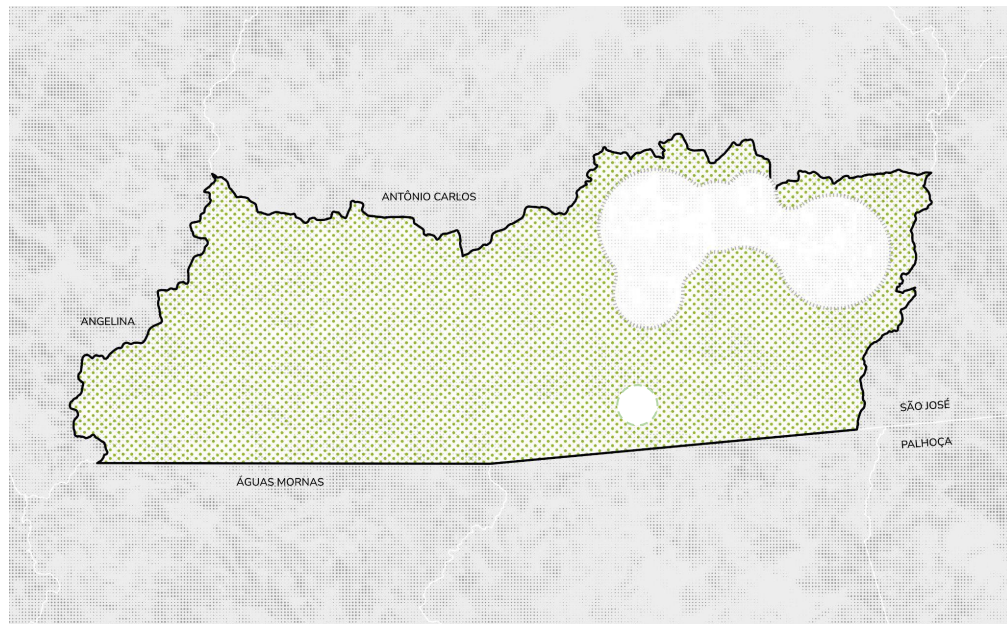


Macrozoneamento

Critérios para delimitação:

- Dinâmica demográfica e socioeconômica
- Capacidade de infraestrutura e as condições do meio físico
- Necessidades de preservação ambiental e do patrimônio histórico
- Características de uso e ocupação existentes.

Macrozoneamento, perímetro urbano e áreas especiais



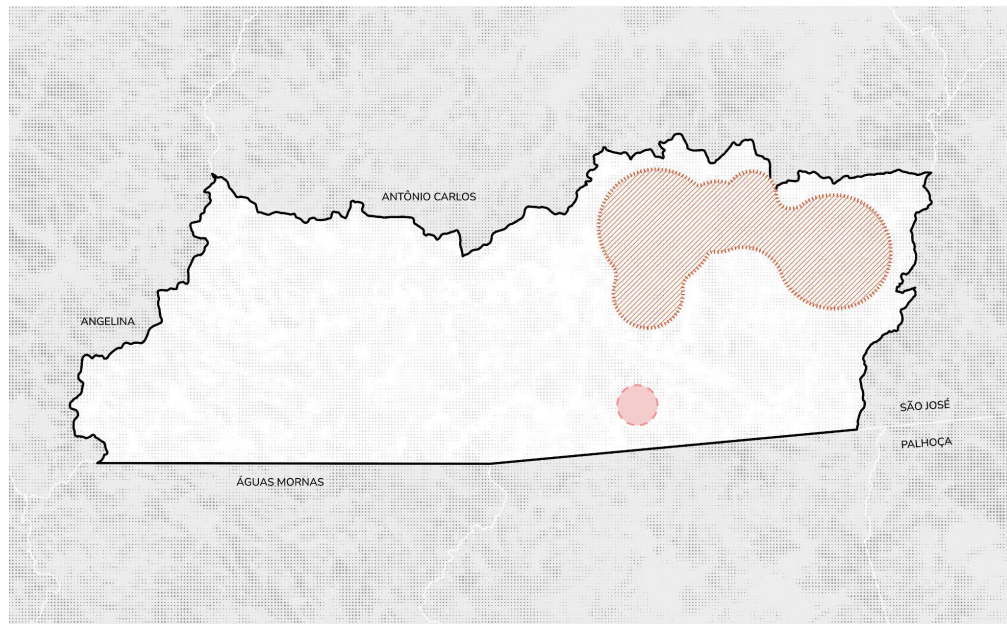
Macrozonas

Macrozona Rural

Principais características:

- Proteger a flora, fauna, recursos hídricos e paisagem natural, garantindo qualidade ambiental;
- Promover usos sustentáveis e incentivar o desenvolvimento de lazer, ecoturismo, agroecologia e produção orgânica;
- Coibir a irregularidade fundiária e a conformação de núcleos de ocupação informais
- Diversificação de atividades econômicas compatíveis com as condicionantes ambientais

Macrozoneamento, perímetro urbano e áreas especiais



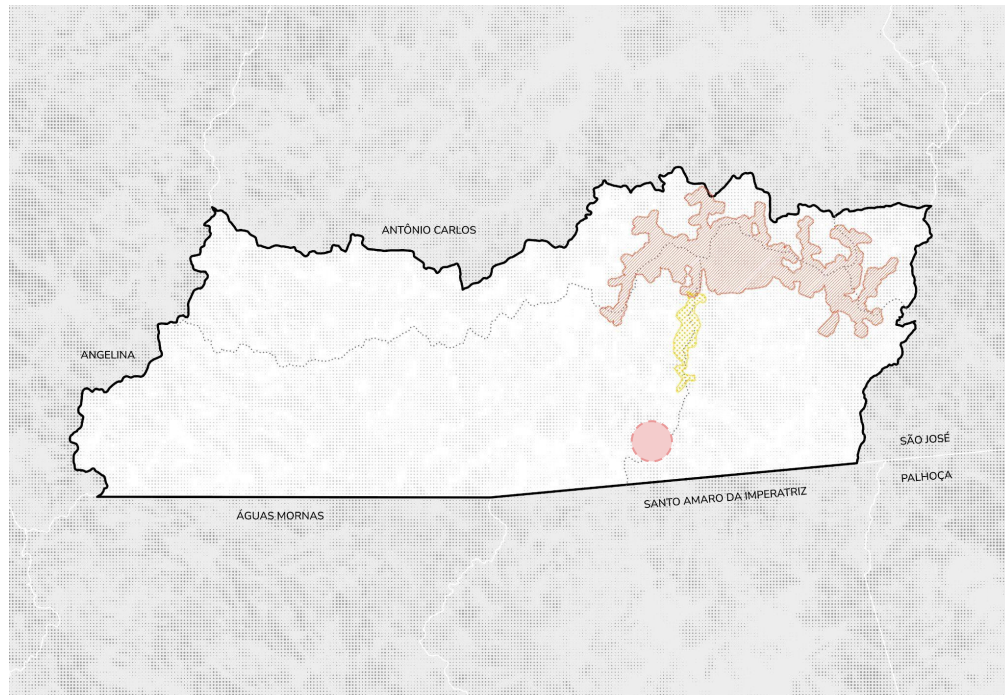
Macrozonas

Macrozona Urbana

Principais características:

- Fomentar centralidades atreladas às estruturas de mobilidade
- Incentivar a ocupação de vazios urbanos
- Qualificar e ampliar a oferta de áreas públicas e de lazer
- Viabilizar maior integração urbana
- Promover a conservação, preservação e recuperação ambiental

Macrozoneamento, perímetro urbano e áreas especiais



Perímetro urbano

O perímetro urbano define a área urbana do Município, sendo definido pela **Macrozona Urbana**

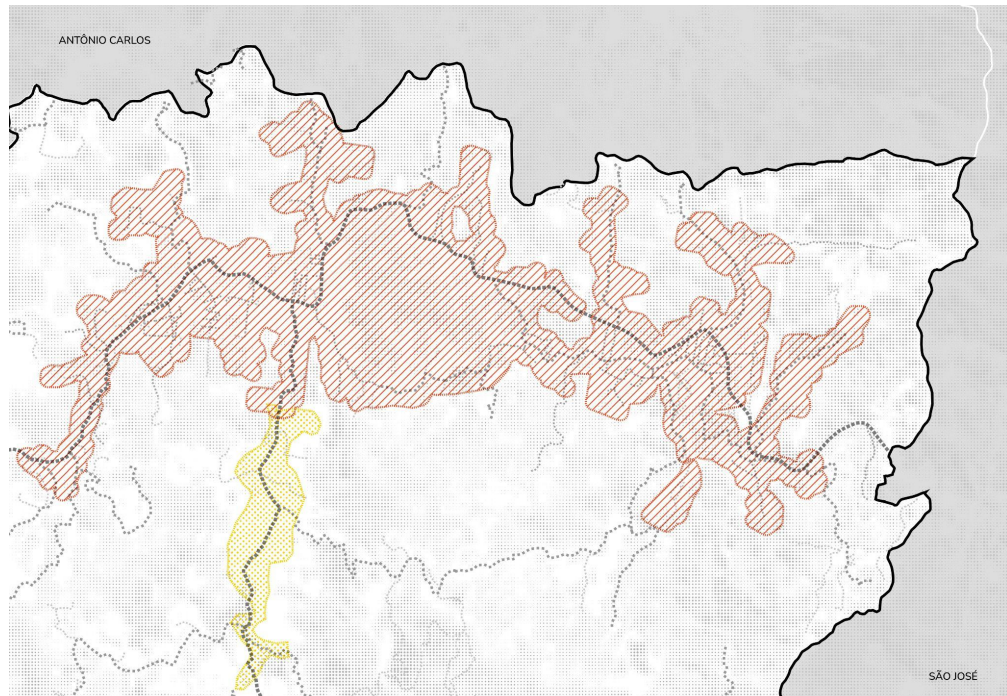


Perímetro urbano
Proposta de readequação



Perímetro urbano
Possibilidade de inserção

Macrozoneamento, perímetro urbano e áreas especiais



Perímetro urbano
Proposta de readequação

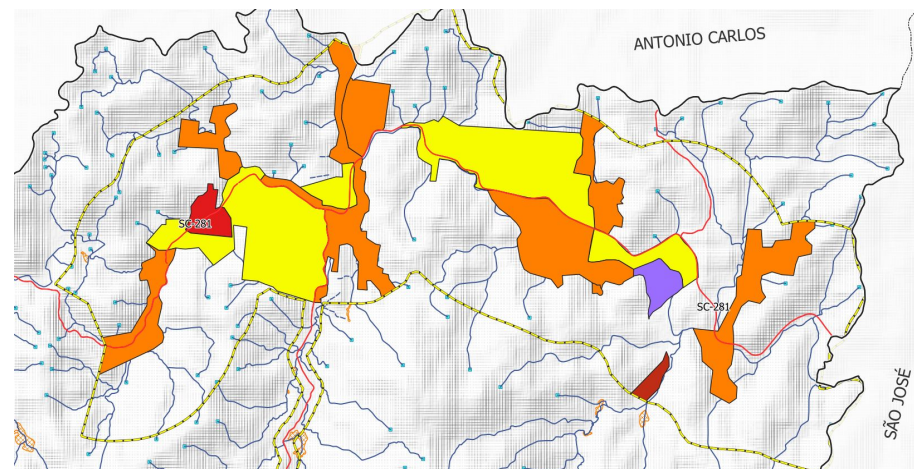
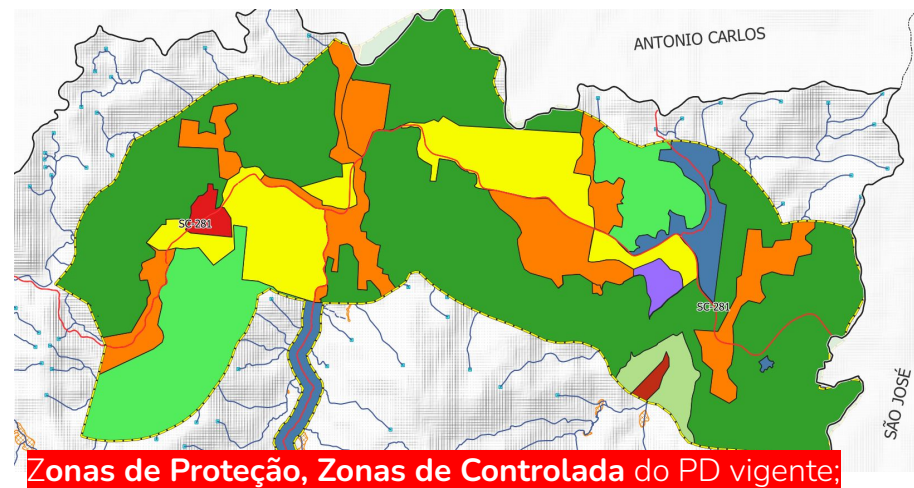
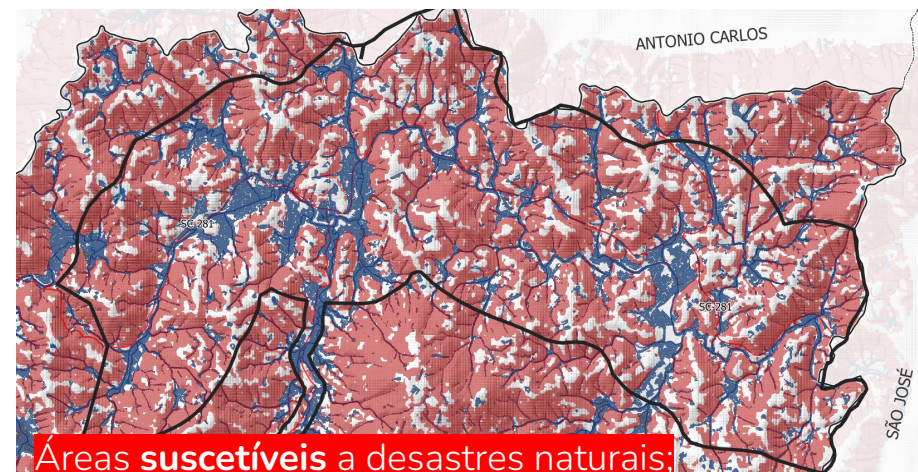


Perímetro urbano
Possibilidade de inserção

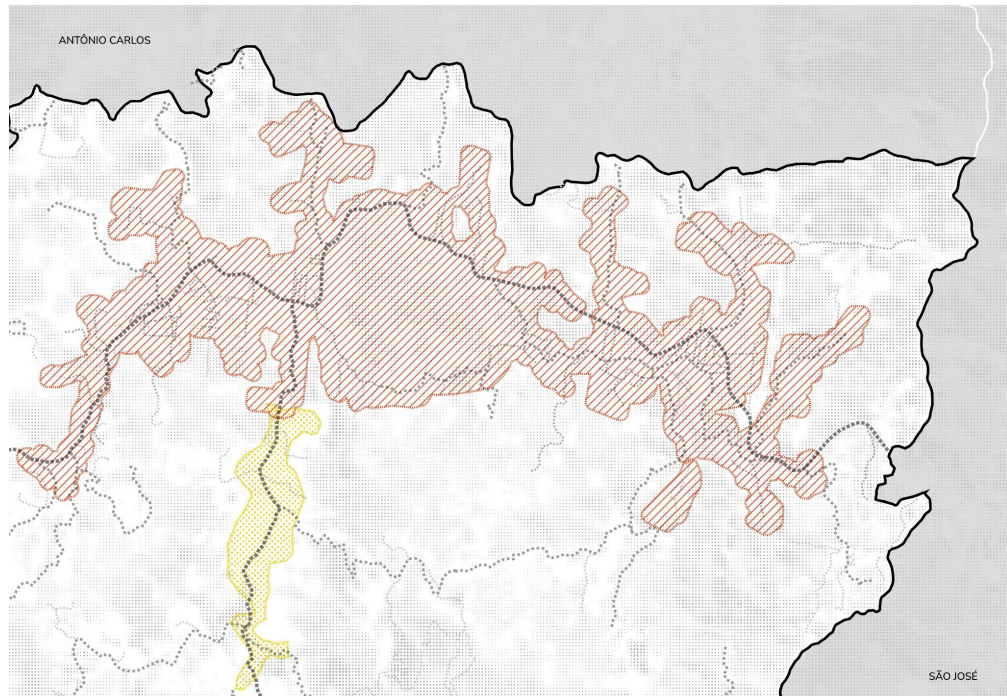
Perímetro urbano

Aspectos considerados para delimitação:

- **Evitando:**
 - as **Zonas de Proteção, Zonas de Controlada** do PD vigente;
 - expansão linear e dispersa;
 - Áreas **suscetíveis** a desastres naturais;
 - alta **declividade**;
 - área próxima da **Penitenciária**;
 - Imóveis **Rurais**;
 - Áreas de **floresta** preservada.



Macrozoneamento, perímetro urbano e áreas especiais



Perímetro urbano

Aspectos considerados para delimitação:

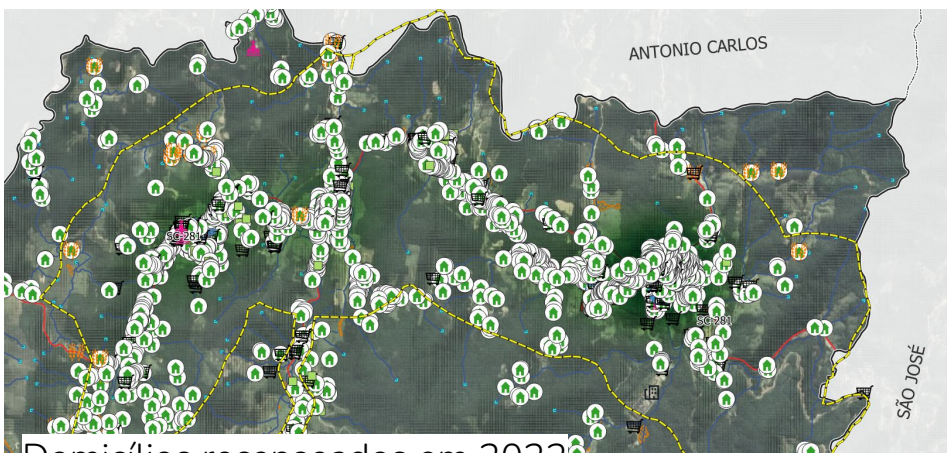
- Contemplando:
 - centralidades urbanas;
 - concentração de edificações;
 - via alternativa de conexão pelo sul;
 - área para desenvolvimento empresarial, indústrias de pequeno porte e baixo impacto próximas do perímetro;
 - conexões entre as centralidades.



Perímetro urbano
Proposta de readequação

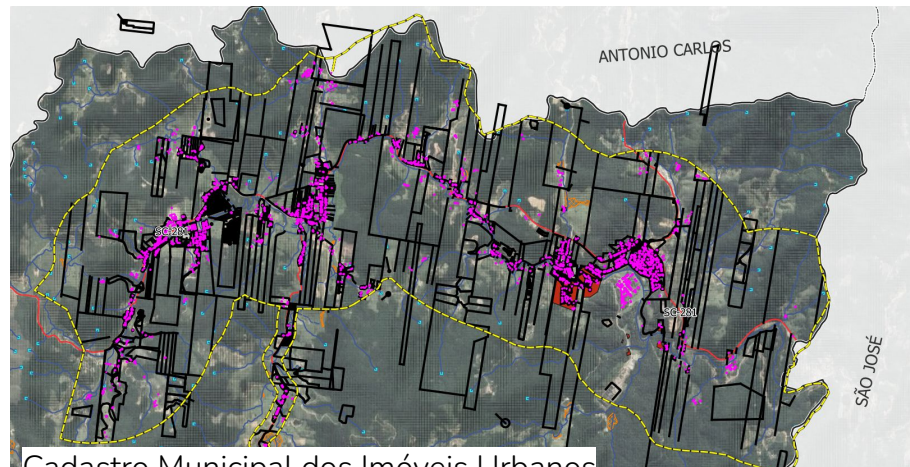
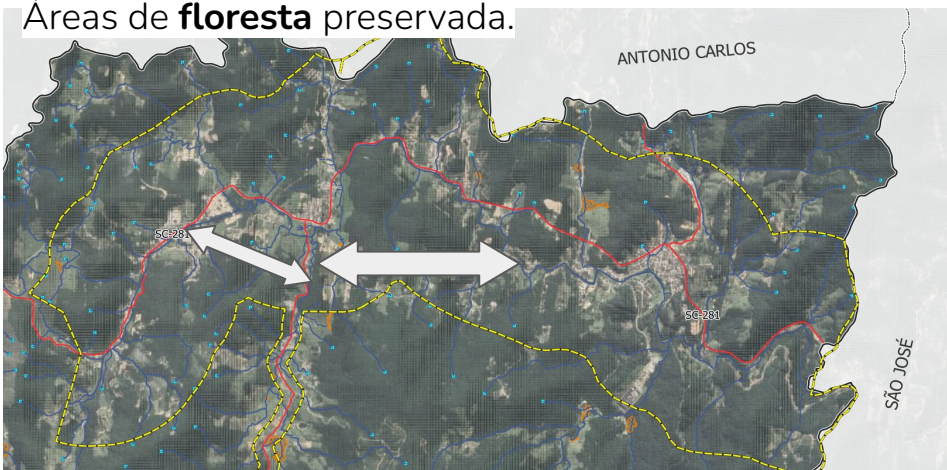


Perímetro urbano
Possibilidade de inserção



Domicílios recenseados em 2022

Áreas de **floresta** preservada.



Cadastro Municipal dos Imóveis Urbanos

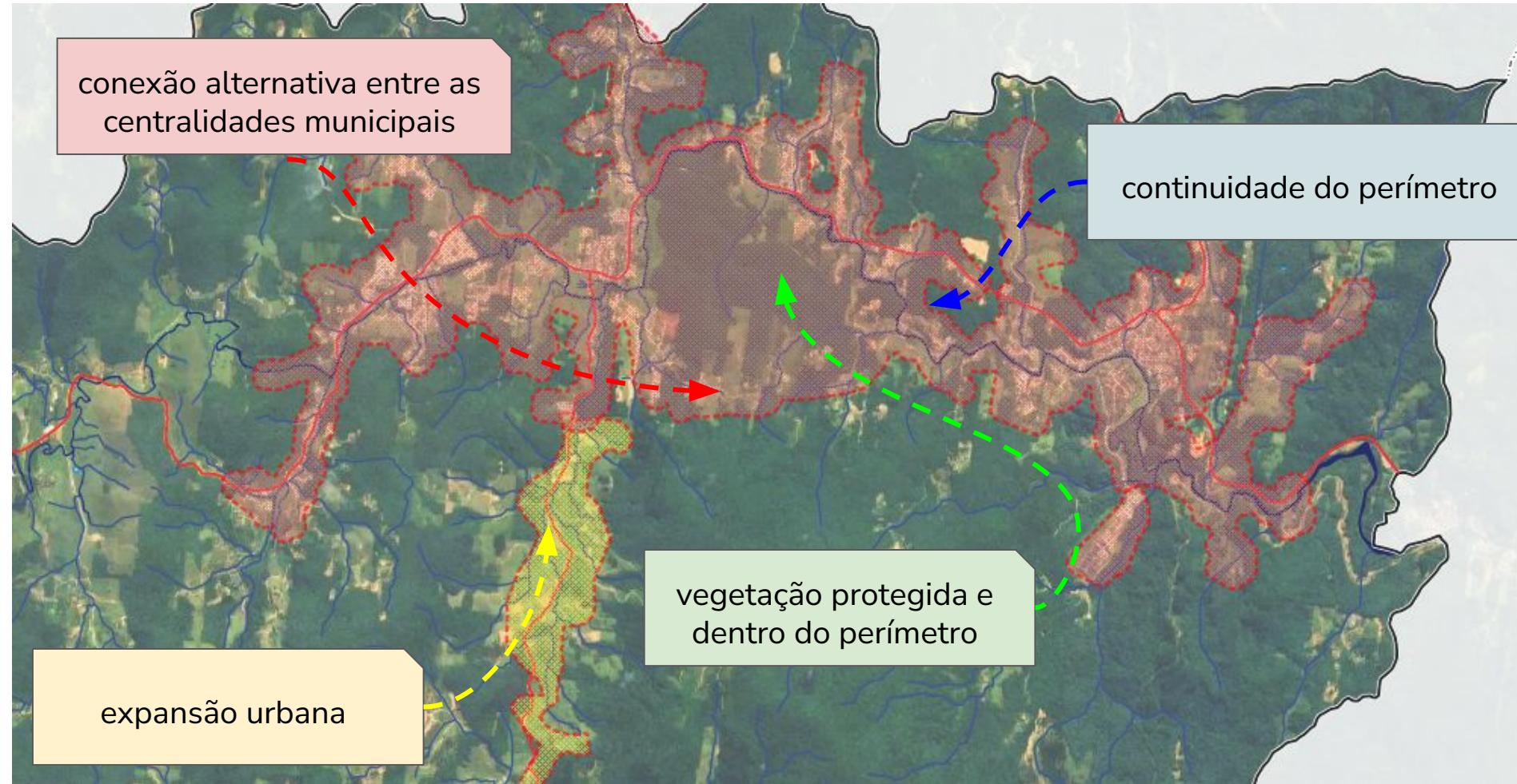
Macrozoneamento, perímetro urbano e áreas especiais

conexão alternativa entre as centralidades municipais

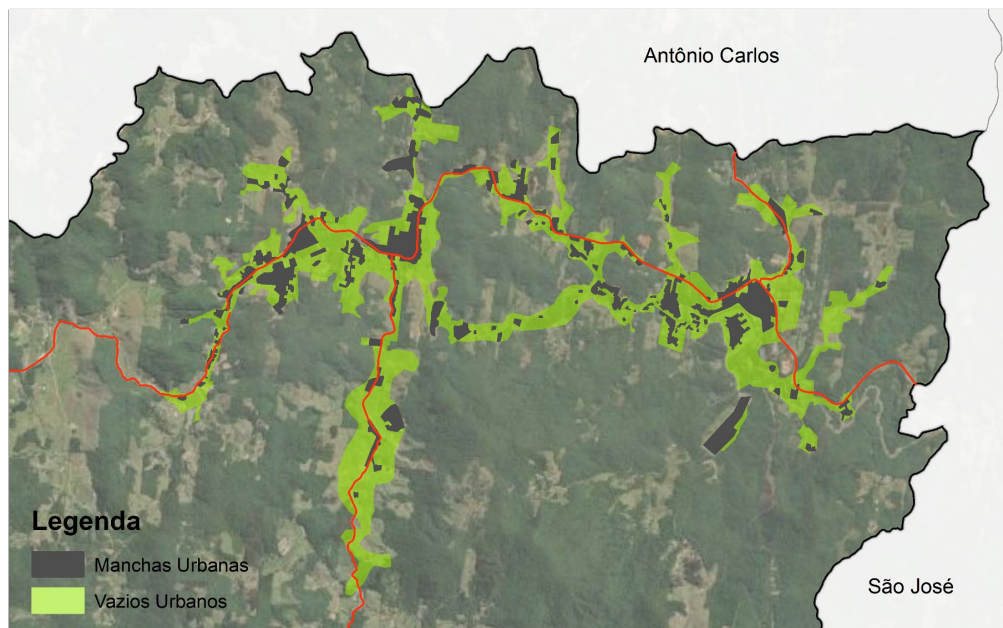
continuidade do perímetro

vegetação protegida e dentro do perímetro

expansão urbana



Macrozoneamento, perímetro urbano e áreas especiais



Vazios urbanos X Perímetro proposto

Número de pessoas estimadas na nova delimitação do perímetro atual

32.253 pessoas

Número de pessoas estimadas na área de expansão

3.810 pessoas

custos de urbanização

EM DÓLARES (US\$) / EM 2012										
REDE	CUSTO / HABITAÇÃO					CUSTO / HECTARE				
	HABITANTES/HA					HABITANTES/HA				
	15	30	60	100	120	75	100	150	300	600
PAVIMENTO	21.405	10.977	5.899	3.968	2.998	121.865	123.384	126.546	135.511	141.274
DRENAGEM PLUVIAL	7.555	3.892	2.027	1.331	988	44.269	44.774	45.992	47.134	48.373
ABASTECIM. DE ÁGUA	1.693	1.538	723	398	267	9.699	9.922	10.634	12.962	17.619
ESGOTO SANITÁRIO	9.509	4.638	2.414	1.539	1.125	54.217	54.442	54.765	55.972	56.382
ENERGIA ELÉTRICA	3.256	2.261	1.846	1.409	1.125	18.653	21.624	27.914	43.010	56.702
TOTAL	43.418	23.306	12.908	8.644	6.503	248.703	254.146	256.851	294.589	320.350

Fonte: Mascaró, Infraestrutura urbana, 2012

Atualização dos custos da urbanização para 2020 (por hectare)					
	75 hab/hectare	100 hab/hectare	150 hab/hectare	300 hab/hectare	600 hab/hectare
Total	R\$ 248.703,00	R\$ 254.146,00	R\$ 256.851,00	R\$ 294.589,00	R\$ 320.350,00
Dólar em dez/2012 (2,078)	R\$ 516.804,83	R\$ 528.115,39	R\$ 533.736,38	R\$ 612.155,94	R\$ 665.687,30
IPCA Acumulado 2012-2020 (4%)	R\$ 754.535,06	R\$ 771.048,47	R\$ 779.255,11	R\$ 893.747,68	R\$ 971.903,46

Macrozoneamento, perímetro urbano e áreas especiais

Áreas especiais

São unidades territoriais com finalidade de **conferir tratamento urbanístico e ambiental particular a uma determinada porção do território**, de acordo com necessidade específica ou regramento próprio

Área especial de Interesse Ambiental

Destinada à proteção de áreas que prestam serviços ambientais.

Área especial de Interesse Social

Destinada, predominantemente, à moradia digna para população de baixa renda.

Área especial de Interesse Histórico e Cultural

Destinada à preservação de bens de valor cultural.

Macrozoneamento, perímetro urbano e áreas especiais



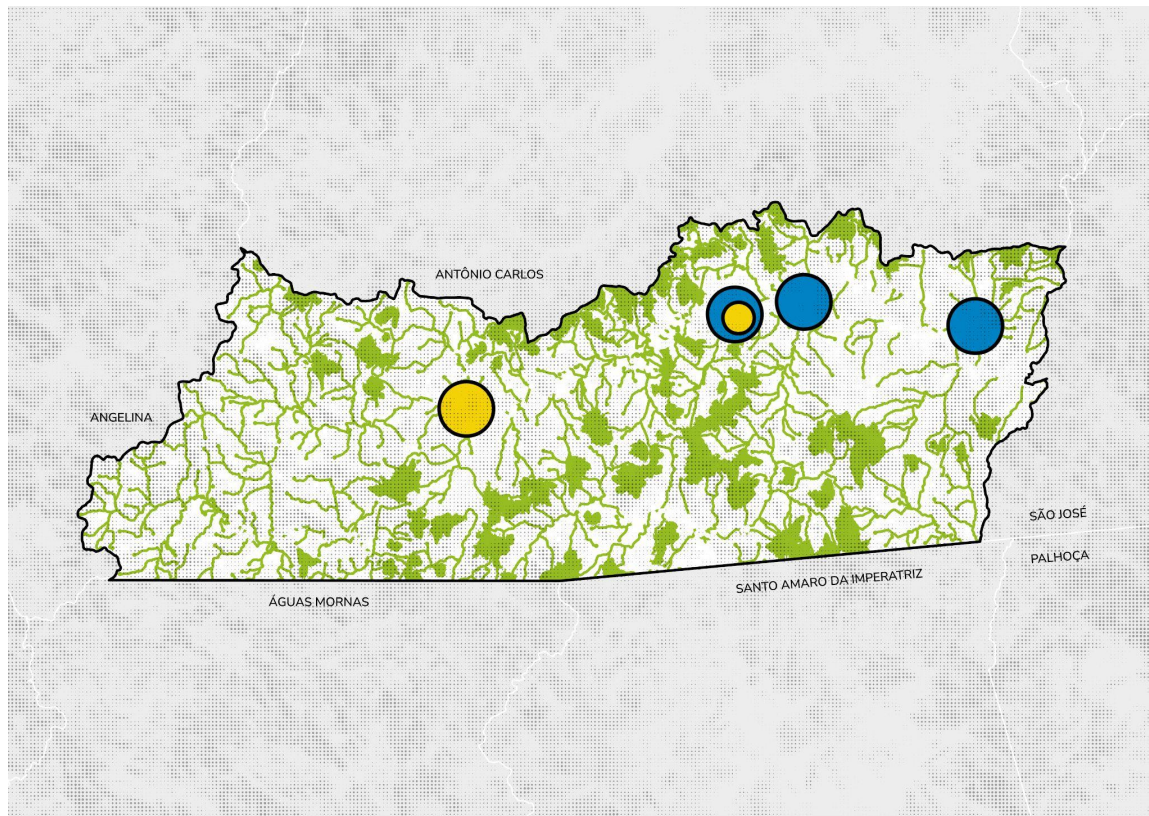
AE Interesse Social



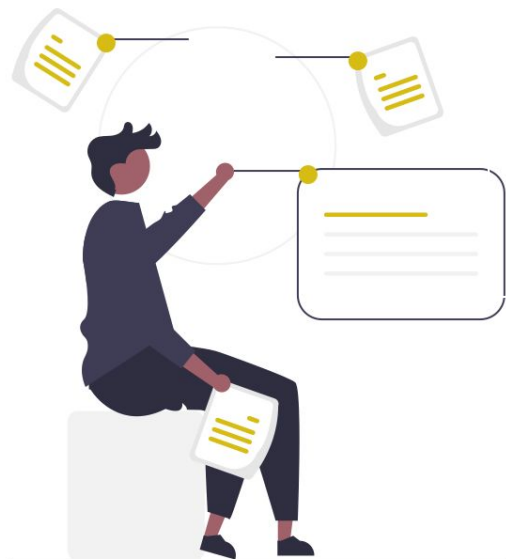
AE Patrimônio e Cultural



AE Interesse ambiental



DIRETRIZ 1



O plano diretor deve prever ocupação mais intensa na parte mais estruturada da área central, qualificar as centralidades e evitar a ocupação linear, orientando o crescimento urbano para áreas com menor risco ambiental.

Centralidades e equipamentos

Centralidades

O que é?

Uma área urbana acessível com concentração diversificada de emprego, comércio, serviços públicos e privados, habitação e equipamentos de cultura e lazer.



Fonte: Macedo et al. (2018, p. 17)1

Centralidades Monofuncionalidade

EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL

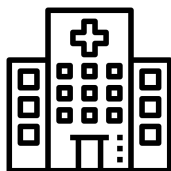


MISTO



Centralidades

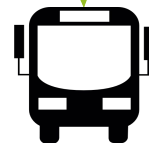
Uso do solo residencial e não residencial (comercial, serviços, industrial e institucional)



Oferta de equipamentos urbanos e sociais



Linha de transporte público:
como apoio a população
dispersa no território

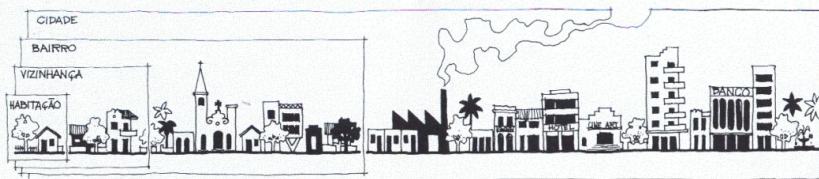


Centralidades e equipamentos



O que podem conter?

1. Educação básica
2. Saúde básica
3. Espaços públicos/lazer/cultura
4. Incentivo ao comércio local
5. Suporte ao cidadão



Distribuição dos equipamentos segundo escalas urbanas e agentes de implantação

agente		equipamentos		escalas urbanas		
privado	público			vizinhança	bairro	cidade
P	M E F	Creche		●		
P	M E F	Pré-escolar		●		
P	M E	Escola de 1º grau		●		
P	M E F	Escola de 2º grau			●	●
P	M E F	Centro de ação social			●	●
P	M E F	Postos de saúde e hospital			●	●
	M	Praças e áreas verdes		●	●	●
	M E	Parques				●
	M E F	Reserva florestal				●
P	M	Cemitério				●
P	M	Mercado			●	
P	M E	Matadouro				●
	E	Corpo de Bombeiros				●
	E	Posto policial				●
	E	Posto telefônico				●
	F	Correios e telégrafos				●
P	M E	Rodoviária				●
	M E F	Edifícios públicos adm.			●	●
	M E	Instal. de infra-estrutura				●

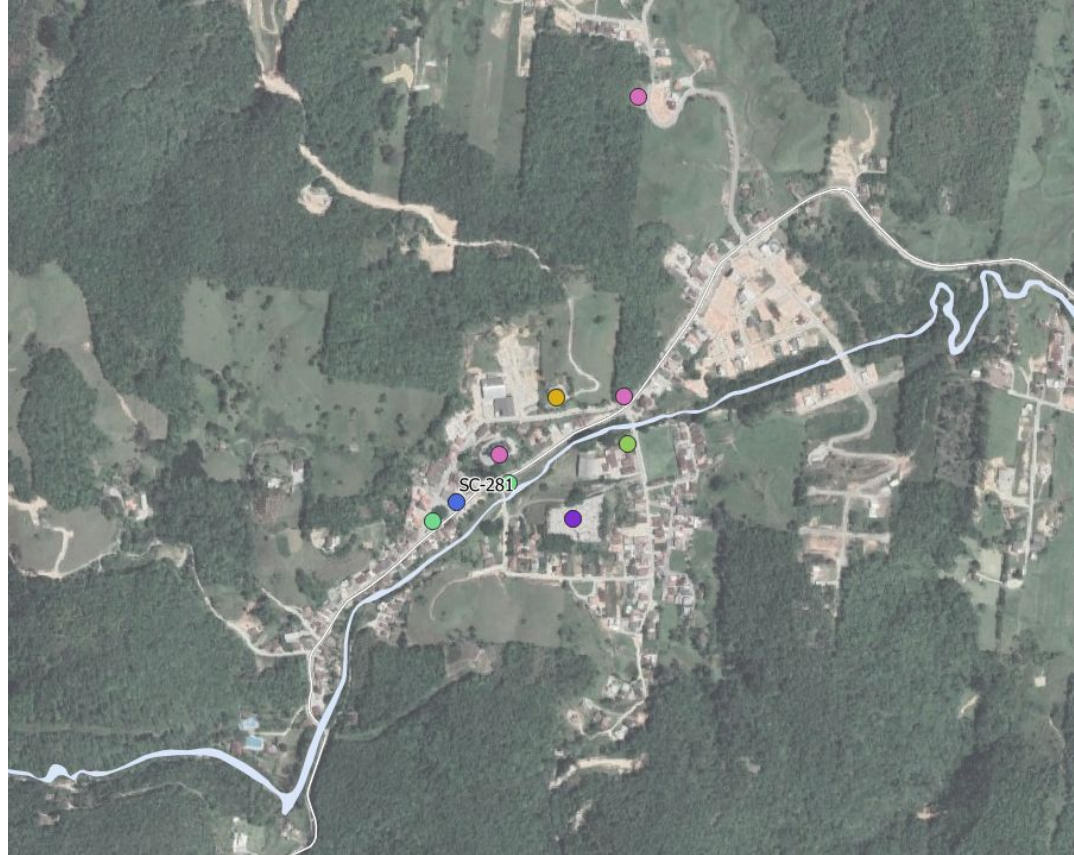
Centralidades e equipamentos

Distribuição no Centro

De maneira geral, é bem abastecido de equipamentos urbanos. É a sede da Prefeitura Municipal e possui uma creche, bem como uma escola de ensino fundamental e médio. Além disso, conta com uma UBS, somada a equipamentos de lazer e religião.

Expansão Área urbana Central

Oferta de equipamentos urbanos e sociais



- | | |
|---------------------------|-----------------|
| Equipamentos Comunitários | ● Lazer |
| ● Adm Público | ● Penitenciária |
| ● Cemitério | ● Religião |
| ● Escola | ● Saúde |

Centralidades e equipamentos

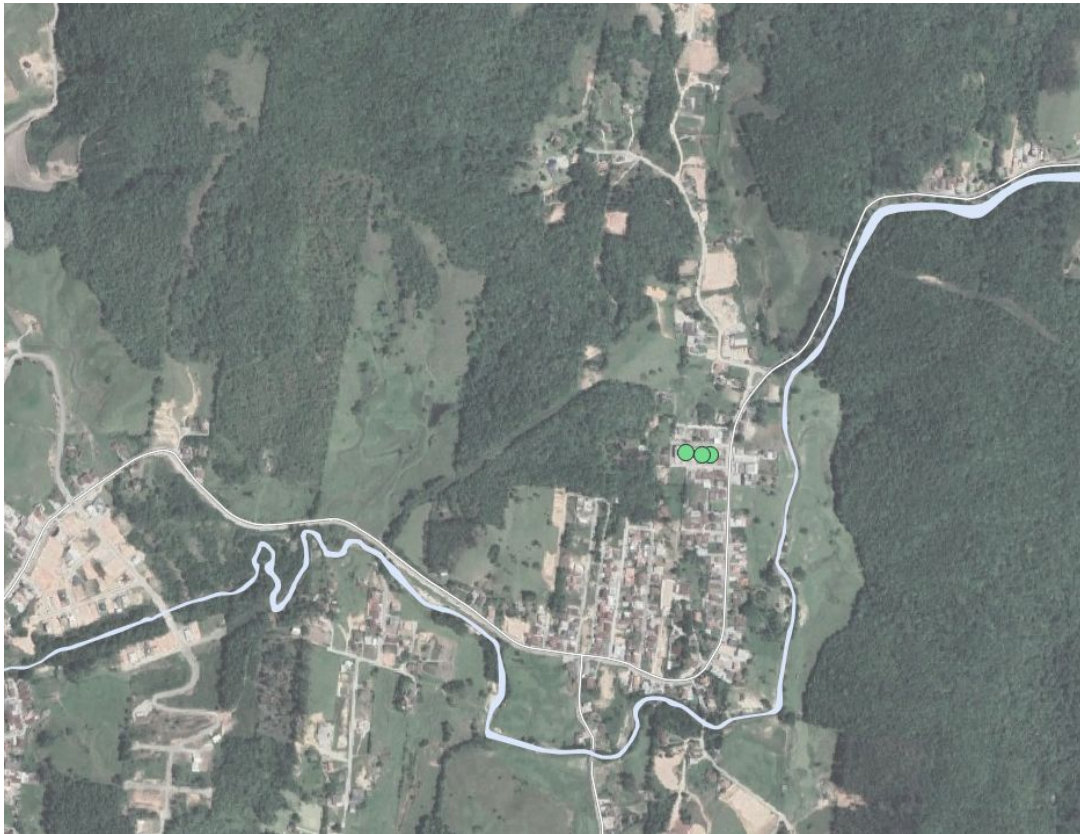
Distribuição em Boa Parada

Talvez devido a sua proximidade com o Centro, Boa Parada possui apenas equipamentos de lazer.

Expansão Área urbana de Boa Parada



Oferta de equipamentos urbanos e sociais



- | | |
|---------------------------|-----------------|
| Equipamentos Comunitários | ● Lazer |
| ● Adm Públic | ● Penitenciária |
| ● Cemitério | ● Religião |
| ● Escola | ● Saúde |

Centralidades e equipamentos

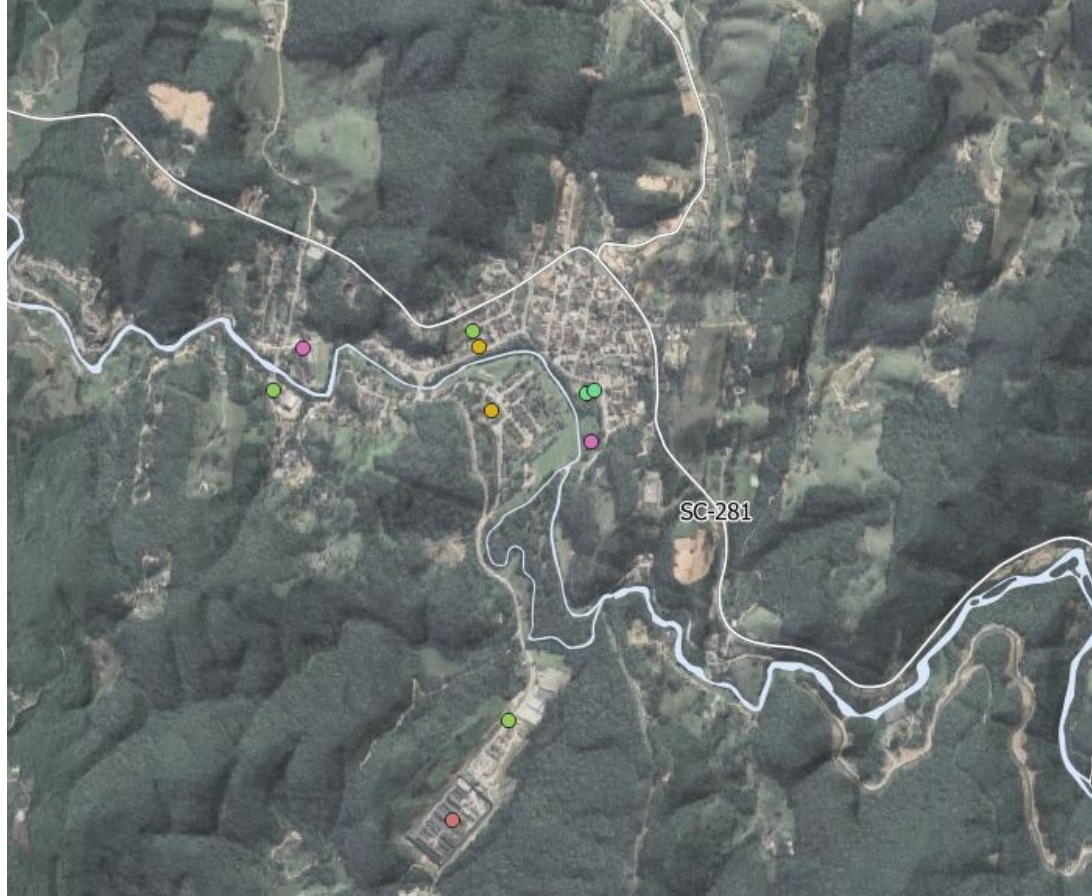
Distribuição em Santa Teresa

Possui equipamentos de grande porte, como o Hospital de Santa Teresa e a Penitenciária. Também conta com uma UBS e um CRAS, além de uma creche, uma escola de ensino fundamental e equipamentos de lazer e religião.

Expansão Área urbana de Santa Teresa



Oferta de equipamentos urbanos e sociais



- | | |
|---------------------------|-----------------|
| Equipamentos Comunitários | ● Lazer |
| ● Adm Públic | ● Penitenciária |
| ● Cemitério | ● Religião |
| ● Escola | ● Saúde |

Centralidades e equipamentos



Centro

O que já tem?

- Comércio diversificado
- Equip. de educação
- UBS
- Equip. de lazer (praça)
- Igreja Matriz e Cemitério
- Equip. institucionais
- Posto policial
- Patrimônio material e natural

O que falta?

- Novos equipamentos na expansão urbana
- Infraestrutura para incentivo ao uso de modais ativos
- Transporte coletivo eficiente
- Praça e Parque (curso d'água)

Boa Parada

O que já tem?

- Comércio
- Ginásio de esportes
- Equip. de lazer (praça)

O que falta?

- Novos equipamentos na expansão urbana
- Posto policial
- Incentivo ao comércio
- Infraestrutura para incentivo ao uso de modais ativos
- Transporte coletivo eficiente
- Integração dos equipamentos

Santa Teresa

O que já tem?

- Comércio diversificado
- UBS
- CRAS
- Hospital
- Equip. de educação
- Igreja e cemitério
- Penitenciária
- Equip. de lazer

O que falta?

- Novos equipamentos na expansão urbana
- Posto policial
- Área de lazer/cultura
- Infraestrutura para incentivo ao uso de modais ativos
- Incentivo ao comércio
- Transporte coletivo eficiente
- Integração dos equipamentos

Município

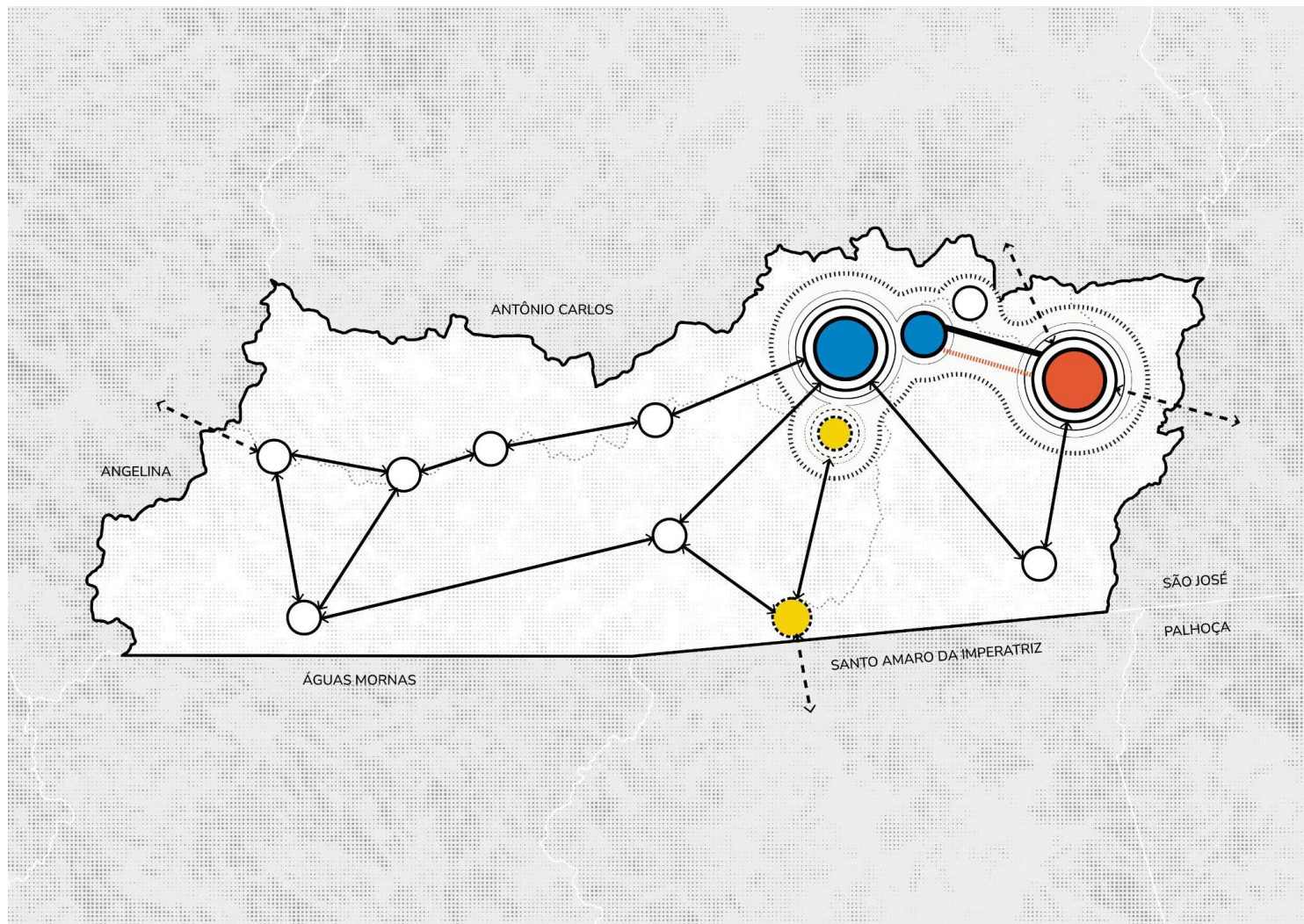
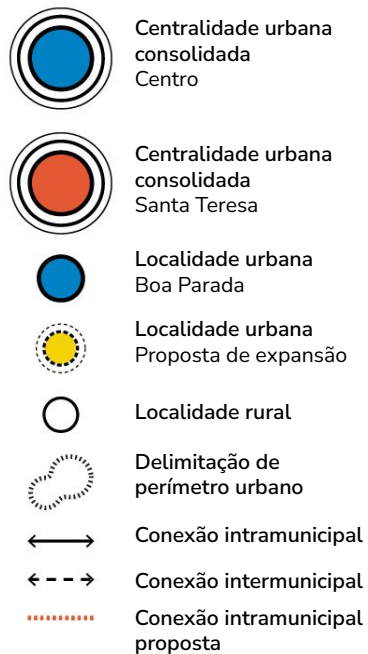
O que já tem?

- Equipamentos de saúde de pequena e grande escala
- Equip. de educação de pequena e média escala (creche, ensino fundamental e médio)
- Equipamentos religiosos (igrejas e cemitérios)
- Equip. de lazer e esporte
- Comércio de escala local em sua maioria
- Patrimônios materiais e naturais

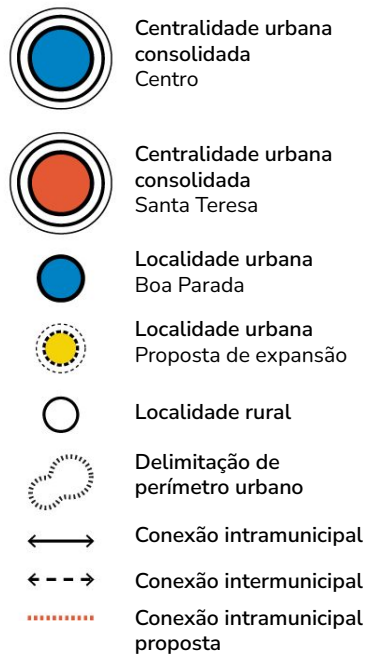
O que falta?

- Parque Municipal
- Equip. de lazer
- Equip. de cultura (teatro e cinema)
- Incentivo ao comércio
- Infraestrutura para incentivo ao uso de modais ativos
- Transporte coletivo eficiente
- Integração dos equipamentos

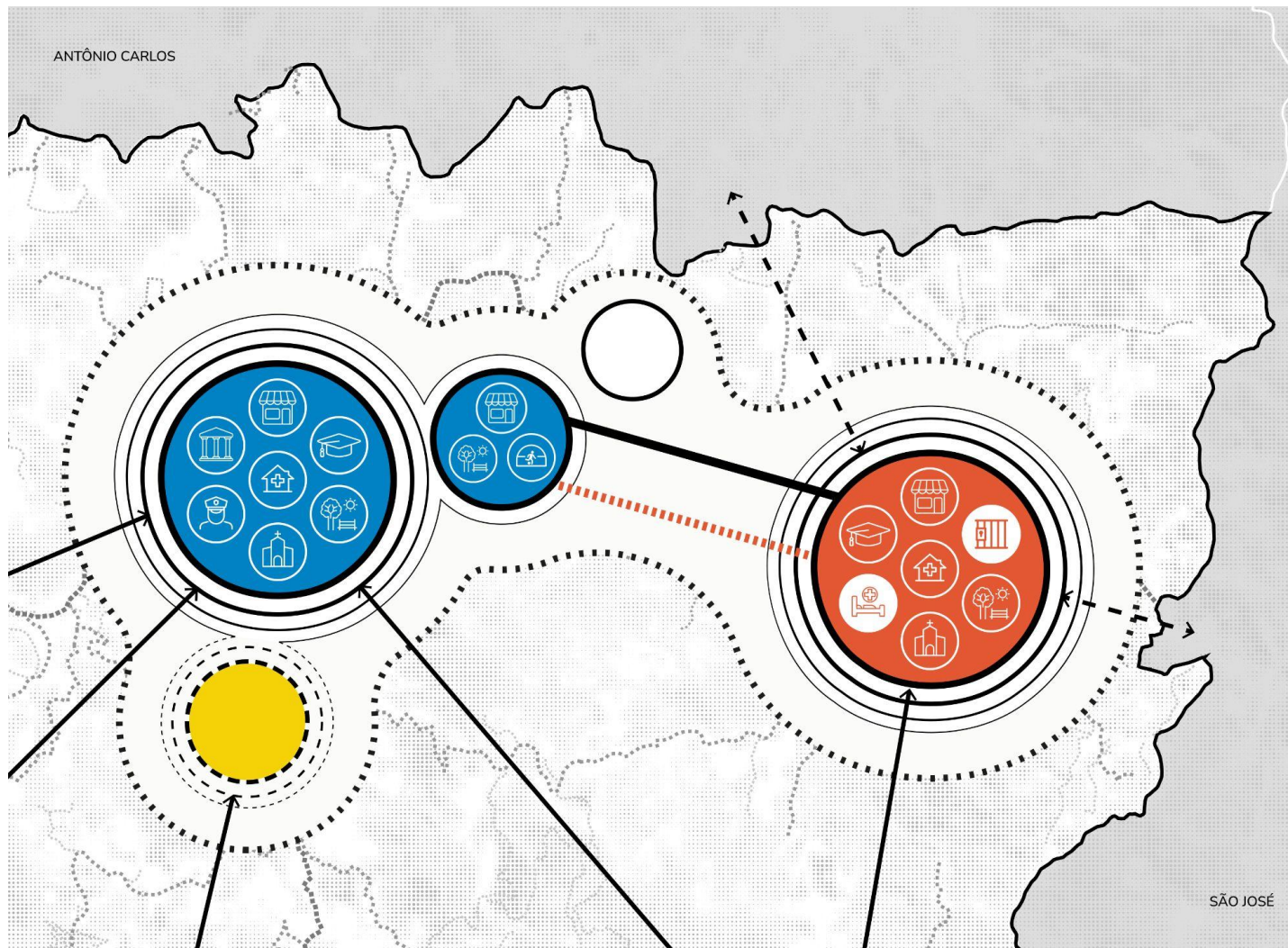
Centralidades



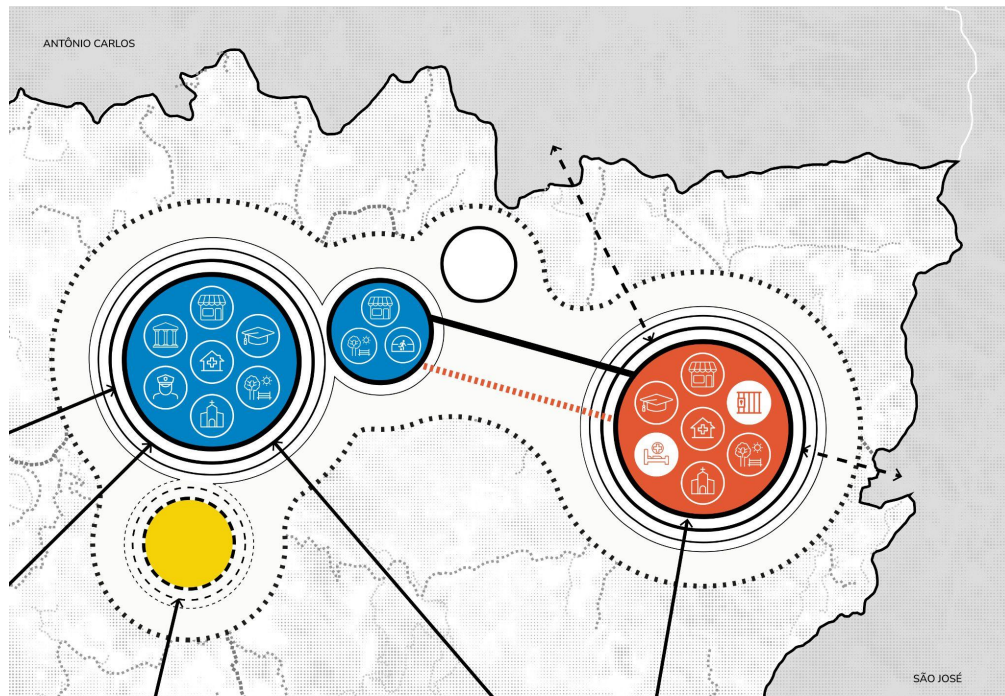
Centralidades



participa
são pedro



Fomento à centralidades

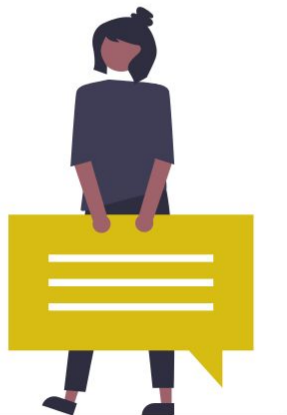


Objetivos:

- Promover a **densificação moderada** nas áreas dotadas de infraestruturas;
- Promover o **uso misto** de modo a criar ambientes urbanos vibrantes, com menor dependência dos automóveis e promotoras dos deslocamentos ativos;
- Incentivar as **fachadas ativas** em determinadas vias, para haver a promoção da segurança e vigilância natural;
- Priorizar um **desenho urbano de qualidade**, com espaço adequado para a circulação dos pedestres e ciclistas e com garantia de acessibilidade universal;
- **Desincentivar o uso do transporte individual motorizado**;
- Ocupar áreas de vazios urbanos;
- Controlar o crescimento linear.

DIRETRIZ 02

O plano diretor deve incentivar a melhor conexão entre as centralidades e a distribuição mais equilibrada dos serviços, equipamentos comunitários, empregos e comércios.



mobilidade

Mobilidade urbana

1) Integração de uso do solo e transporte

2) Melhoria do transporte coletivo

3) Estímulo ao transporte não-motorizado

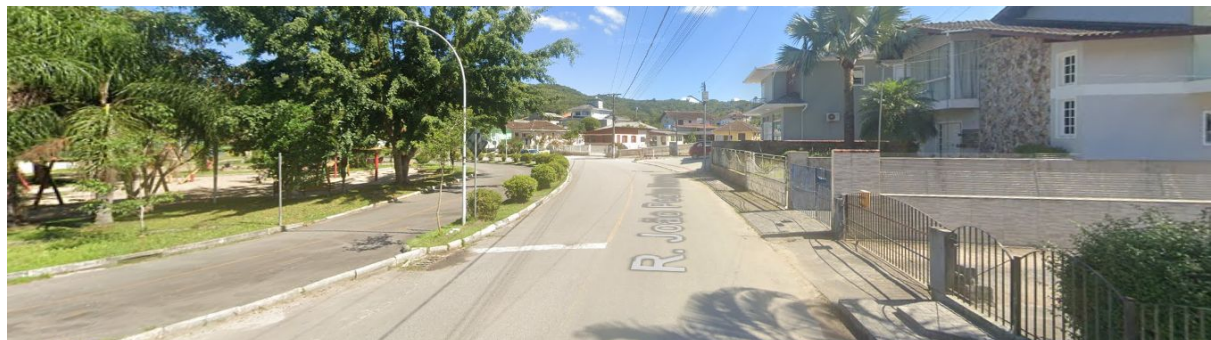
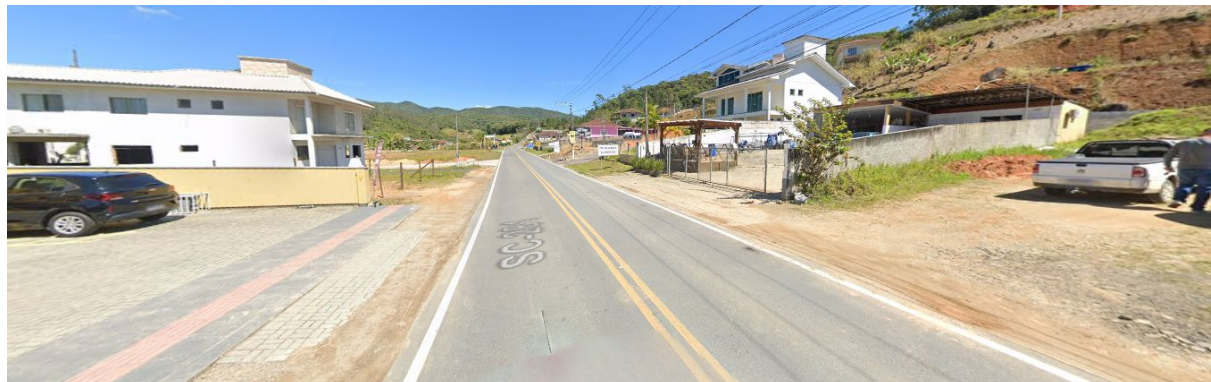
4) Desestímulo ao uso do automóvel

=

**CONTRIBUIÇÃO DO TRANSPORTE PARA UMA
CIDADE SUSTENTÁVEL**

Situação atual

- Ausência de pavimentação em grande parte das vias municipais rurais
- Pavimentação asfáltica apenas no trecho urbano da SC-281
- Fragmentação e desconectividade dos arruamentos urbanos, típico da forma “espinha de peixe” e que prejudica a consolidação de centralidades e a eficiência na construção da infraestrutura.



Situação atual

Pedestres

Características recorrentes e indesejáveis nos passeios:

- extensos trechos sem calçada ou com calçada apenas de um lado da via;
- descontinuidade do passeio;
- precariedade e falta de manutenção da estrutura;
- pouca ou nenhuma arborização;
- calçadas fora dos padrões das normas de acessibilidade e obstáculos (placas e postes) presentes no meio da calçada.



Situação atual

Ciclistas

Atualmente há pouca estrutura de suporte para bicicletas. As soluções são pontuais e não conectadas entre si.



Ciclovía Rua Valdomiro Antônio da Silva - Via arterial



Ciclovía SC - 281 (centro) - Via intermunicipal



Situação atual

Transporte coletivo

- A única linha de ônibus que atende a população do município foi projetada para o deslocamento das pessoas para a área metropolitana, embora seja utilizado também, em menor escala, para o transporte intramunicipal.
- Projeto TRIM: projeto para a criação do Transporte Integrado Metropolitano - TRIM da Região Metropolitana de Florianópolis
- Além do transporte intermunicipal, de competência estadual, existe em São Pedro de Alcântara o transporte coletivo escolar, administrado pelo Município.



Santa Terezinha

[Horários das Linhas](#)
[História](#)
[Fale Conosco](#)
[Fotos](#)

➤ São Pedro de Alcântara - Florianópolis (177)

Segunda à Sexta		Sábado		Domingos e Feriados	
Bairro	Centro	Bairro	Centro	Bairro	Centro
04:50 D	05:55 D	05:00 D	06:10 D	05:45	07:10
05:25 D VJ	06:50 D	05:45 D	07:10 D	06:45	08:15
06:00 LV SC	08:00 D LV	06:45 D	08:10 D	09:30 SC*	11:00
06:25 D VJ	09:00 SC	07:30 D	10:30	11:30	13:00
07:30 D	10:00 D	08:45 SC*	11:30	13:30 SC*	15:00
08:30 D SC	11:45 SC	09:45 D	12:10 D	15:15	17:00
09:30 D	12:20 D	11:45	13:20 D	17:00	18:15
10:30 LV	13:00	13:45 SC*	14:00 D	19:00	20:15 SC
11:35	14:10 D	15:30 D	15:30 D		
12:10 LV SC	15:30	17:00 D	17:00 D		
13:00	16:30 D	19:00 D	20:15 D		
13:45 D SC	17:05 D SC		22:15 SC		
14:45	17:30 LV D				
15:20 D	17:55 SC				
17:05	18:30 D LV				
18:00 D	19:30 D				
19:00 D	20:20 D SC				
21:25 D	21:00 VJ				
22:05 D	21:50 SC VJ				
	22:30 D SC VJ				
	23:20 SC VJ				

Legenda

Bairro - Saída de São Pedro de Alcântara

Centro - Saída de Florianópolis(TICEN)

D - Adaptado p/ portadores de necessidades especiais

LV - Via Lagoa Vermelha

SC - Via Shopping Continente

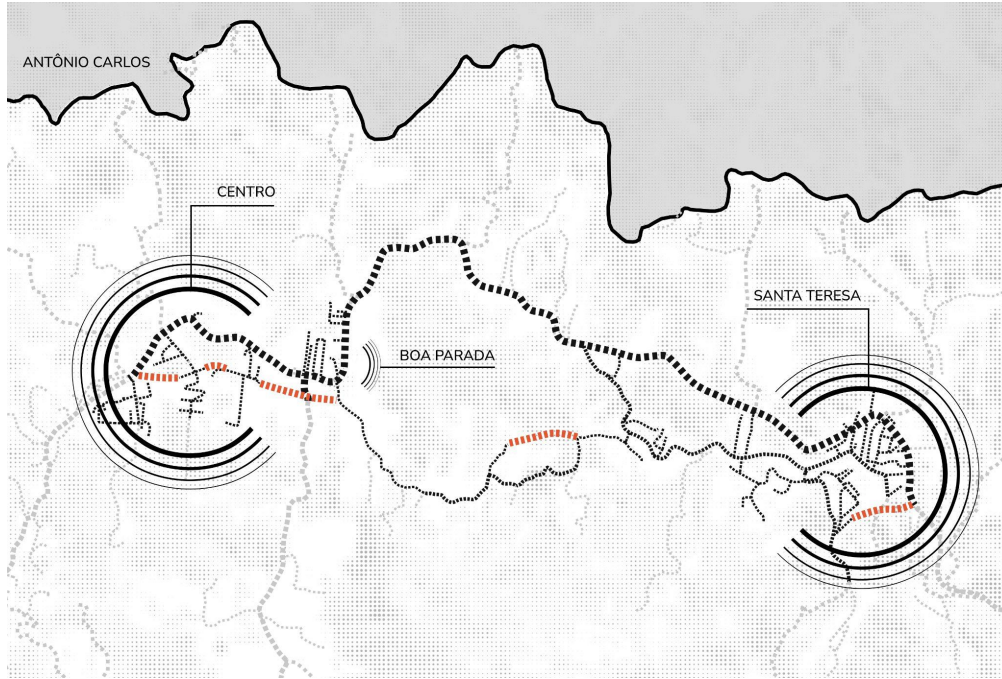
SC* Rua Luiz Fagundes até Armazem Vieira (Shopping Continente)

VJ - Via Junckes

SD - Semi direto (após Contorno Vário Itinerário via SC 281 e Shopping Continente)

[Voltar](#)
[Imprimir](#)
[Itinerário](#)

Estratégias de melhoria da mobilidade urbana



Objetivos:

- Fortalecer e integrar a dinâmica das centralidades existentes;
- Melhor integração entre os assentamentos urbanos;
- Planejar melhor a condição de circulação para os pedestres, por meio da continuidade dos passeios, manutenção da estrutura, arborização e cumprimento das normas de acessibilidade
- Planejar melhores condições para a circulação de ciclistas, com infraestrutura adequada para deslocamento entre as centralidades;
- Prever melhores condições para o deslocamento por meio de ônibus.

Estratégias de melhoria mobilidade urbana

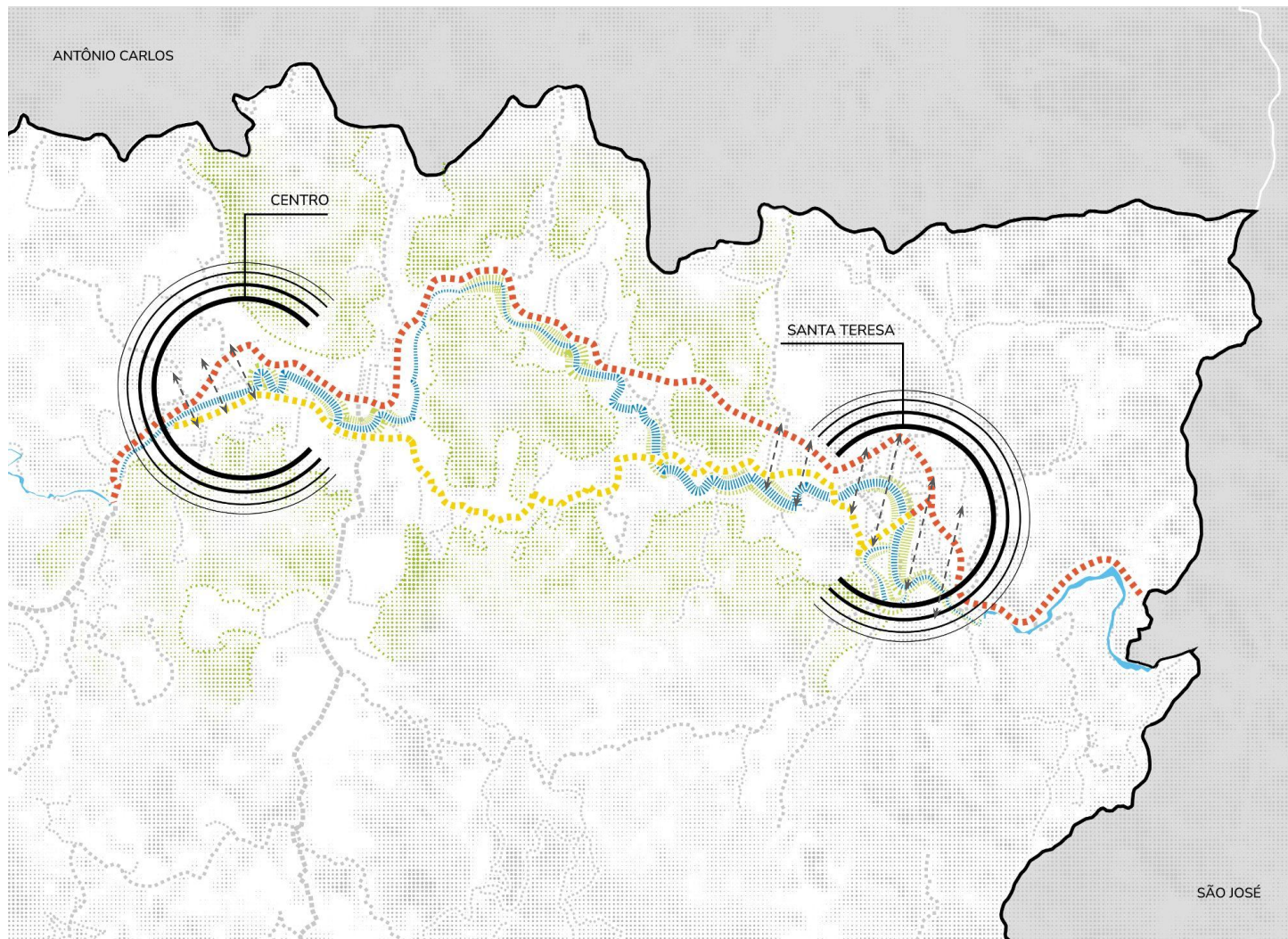
Melhoria da conectividade

Integração entre centralidades principais

Estruturação do tecido urbano nas duas centralidades

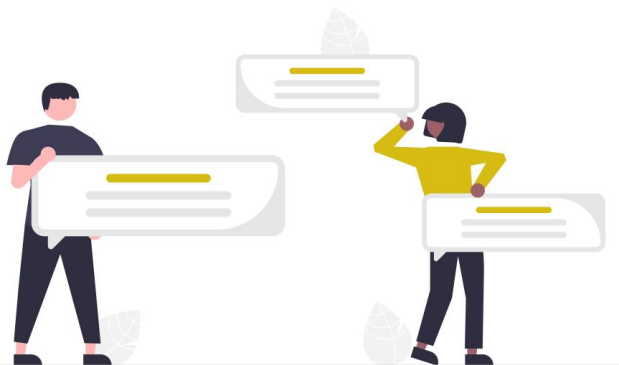
Infraestrutura para mobilidade ativa

Diversificação da rota (resiliência à eventualidades)



DIRETRIZ 03

O plano diretor deve priorizar os modos de deslocamento ativos (caminhada e bicicleta) e por transporte público, articulando as centralidades e concentrando densidade nas vias prioritárias da área central.



Redes de espaços livres

Redes de espaços livres

Duas dimensões principais:

- 1) Áreas de interesse para **uso público de lazer** (praças, parques lineares, parques urbanos, parques regionais, etc.); podendo ser públicas ou privadas.
- 2) Áreas de interesse para **preservação e qualificação ambiental**, principalmente aquelas protegidas por legislação (Código Florestal, SNUC, Legislação Estadual, etc);, podendo ser públicas ou privadas;

A primeira tem caráter estratégico de planejamento urbano, segundo diretrizes urbanísticas coerentes.

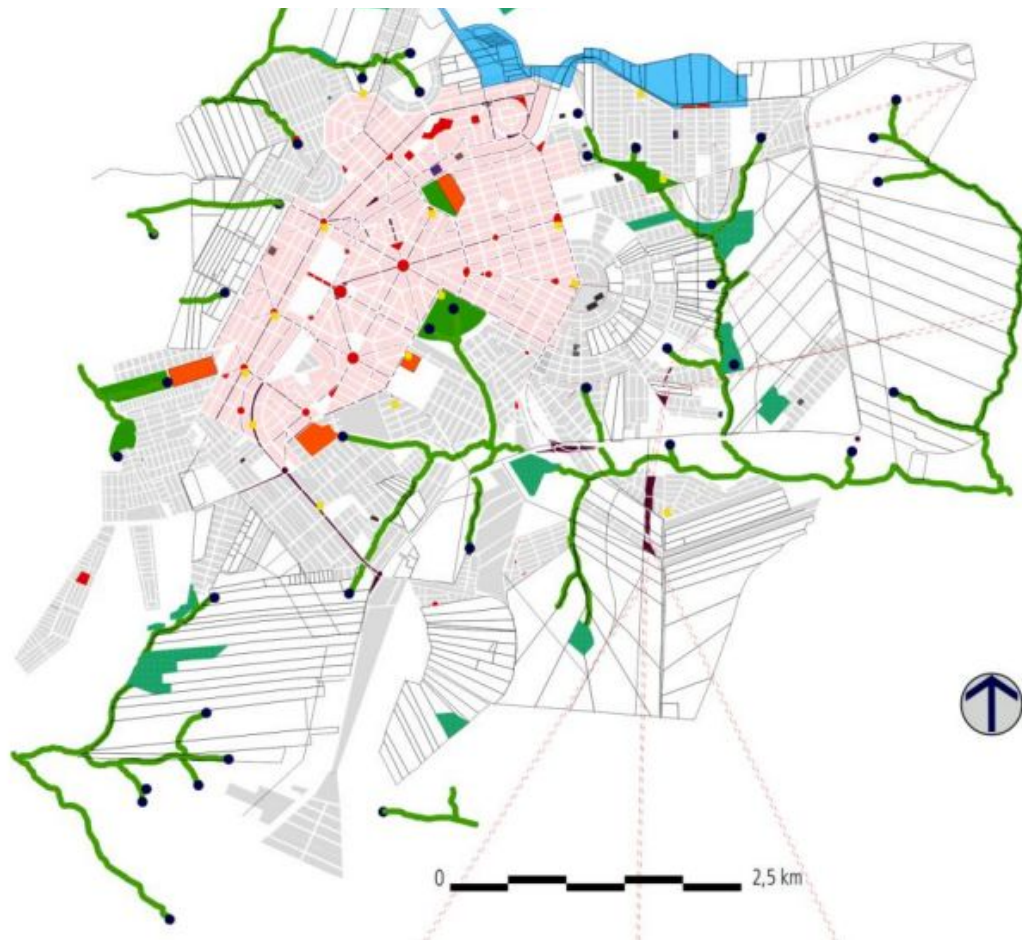
A segunda tem caráter legal-normativo (precisa ser obedecido);



Componentes do sistema de espaços livres

ESPAÇOS LIVRES DE LAZER E RECREAÇÃO	PRAÇAS	Espaços públicos urbanos dotados de infraestrutura e mobiliário urbano, com a função principal de lazer e recreação e com abrangência de atendimento na escala local.
	PARQUES URBANOS	Espaços públicos urbanos dotados de equipamentos, infraestrutura e mobiliário urbano e com abrangência de atendimento na escala do bairro ou município. São vocacionados ao lazer, esporte e recreação, por vezes agregando funções aliadas à preservação ambiental.
	ÁREAS ESPORTIVAS ABERTAS PÚBLICAS	Áreas públicas abertas, de livre acesso e equipadas predominantemente com estruturas esportivas. Compreende, por exemplo, campos de futebol, quadras esportivas e pistas de skate.
	ÁREAS ESPORTIVAS COM ACESSO RESTRITO	Áreas públicas ou privadas com uso predominantemente esportivo e cujo acesso é restrito , requerendo associação, agendamento específico ou pagamento para utilização, por exemplo. Compreende campos de futebol de clubes e associações.
	ESPAÇOS LIVRES DE LAZER PRIVADOS	Áreas privadas, de acesso e uso restrito , destinadas à função principal de lazer e recreação. Compreende, por exemplo, os espaços livres de lazer de condomínios e sedes recreativas privadas com atividades diversas.

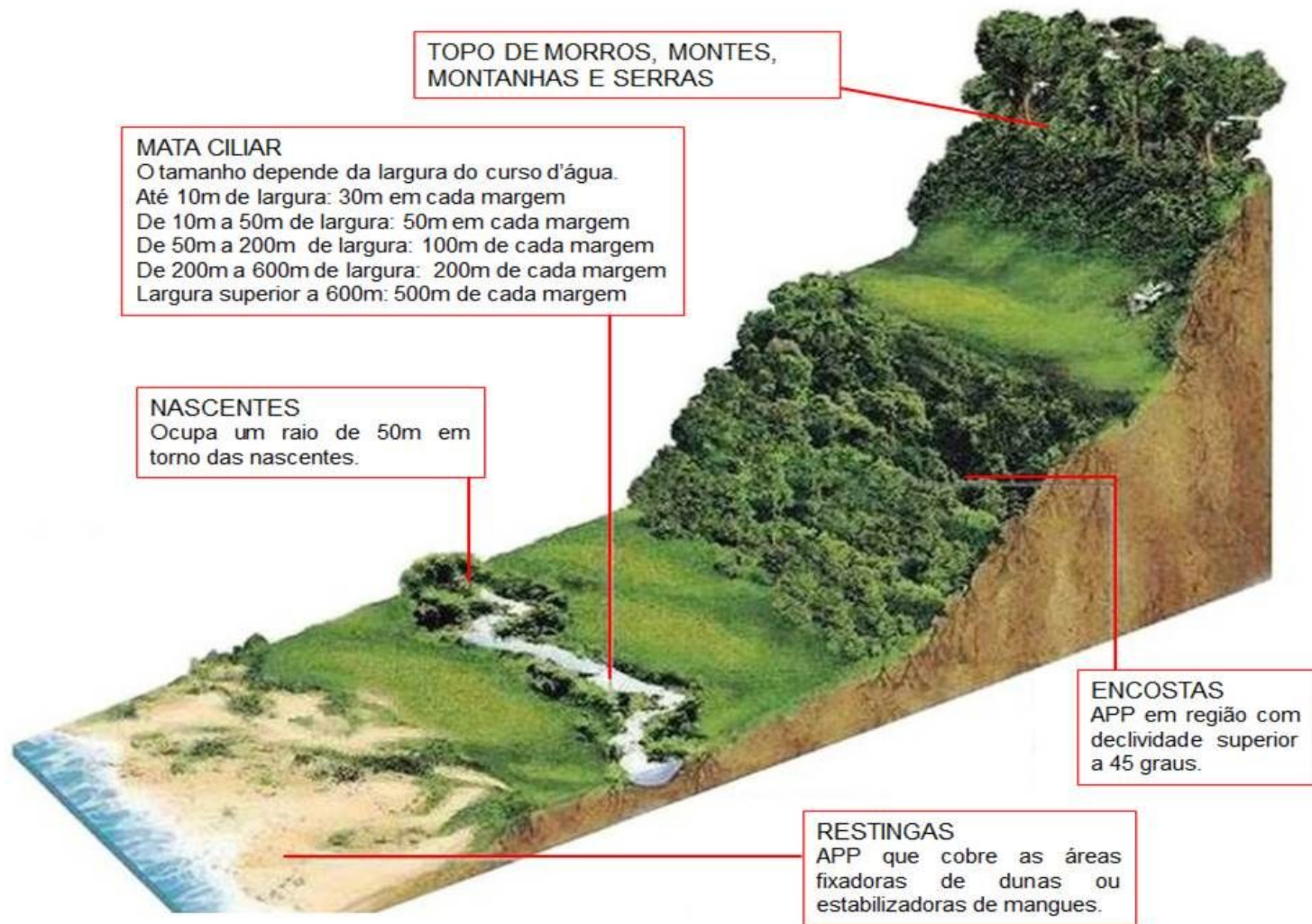
Sistema de espaços livres



Umuarama/PR



- Legenda**
- Praças
 - Parques
 - APPs de corpos d'água
 - APPs de nascentes
 - Parte urbana da APA do Rio Piava
 - Fragmentos Florestais
 - Equipamentos de Ginástica (A.T.I.)
 - Canteiros Centrais
 - Ginásios e Centros Esportivos
 - Quadras esportivas e campinhos
 - Quadras do plano original
 - Quadras da área de expansão
 - Corredores de rede de alta tensão

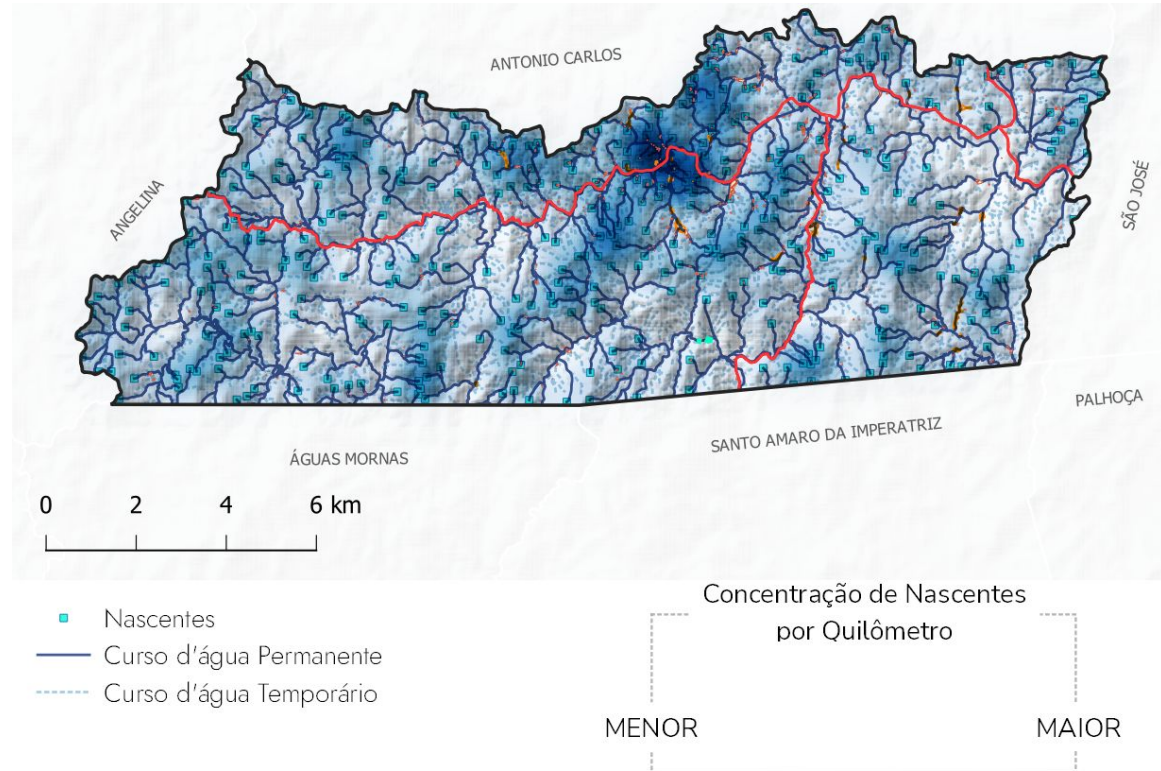


Degradação ambiental

Nascentes X Expansão urbana

Objetivos:

- Maior concentração de nascentes encontra-se no núcleo central da cidade;



Sistema de espaços livres

Ruas arborizadas

São propostas em ruas já existentes. Seu objetivo principal é conectar os espaços verdes da cidade e a fauna, servindo como corredor ecológico, bem como promover qualidade de vida.



Sistema de espaços livres

Parques lineares

Área verde configurada como um parque ao longo de cursos d'água ou vias urbanas que objetivam:

- **Requalificar** e **valorizar** os corpos da água;
- Promover **espaços públicos qualificados** com arborização e infraestrutura ciclovitária para o lazer e recreação;
- Promover **atratividade, vitalidade e bem estar**.



Cantinho do Céu

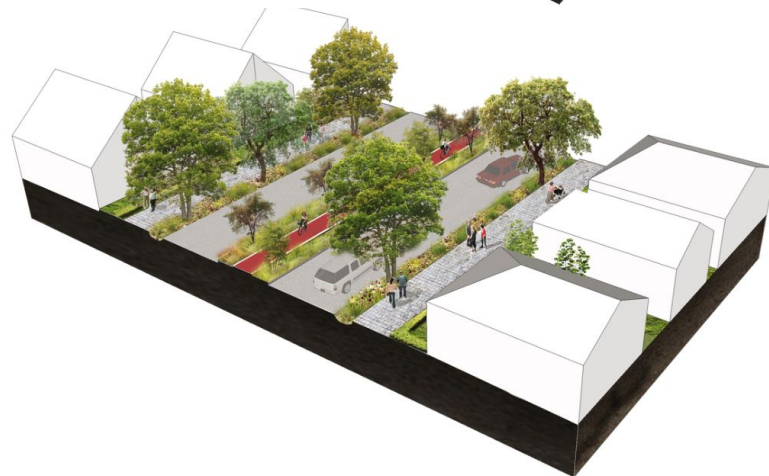
<https://www.boldarini.com.br/projetos/cantinho-do-ceu-etapa-01>

Sistema de espaços livres

Corredor verde urbano

Áreas lineares e contínuas de vegetação e espaços naturais que atravessam ambientes urbanos construídos. Esses corredores têm como objetivo:

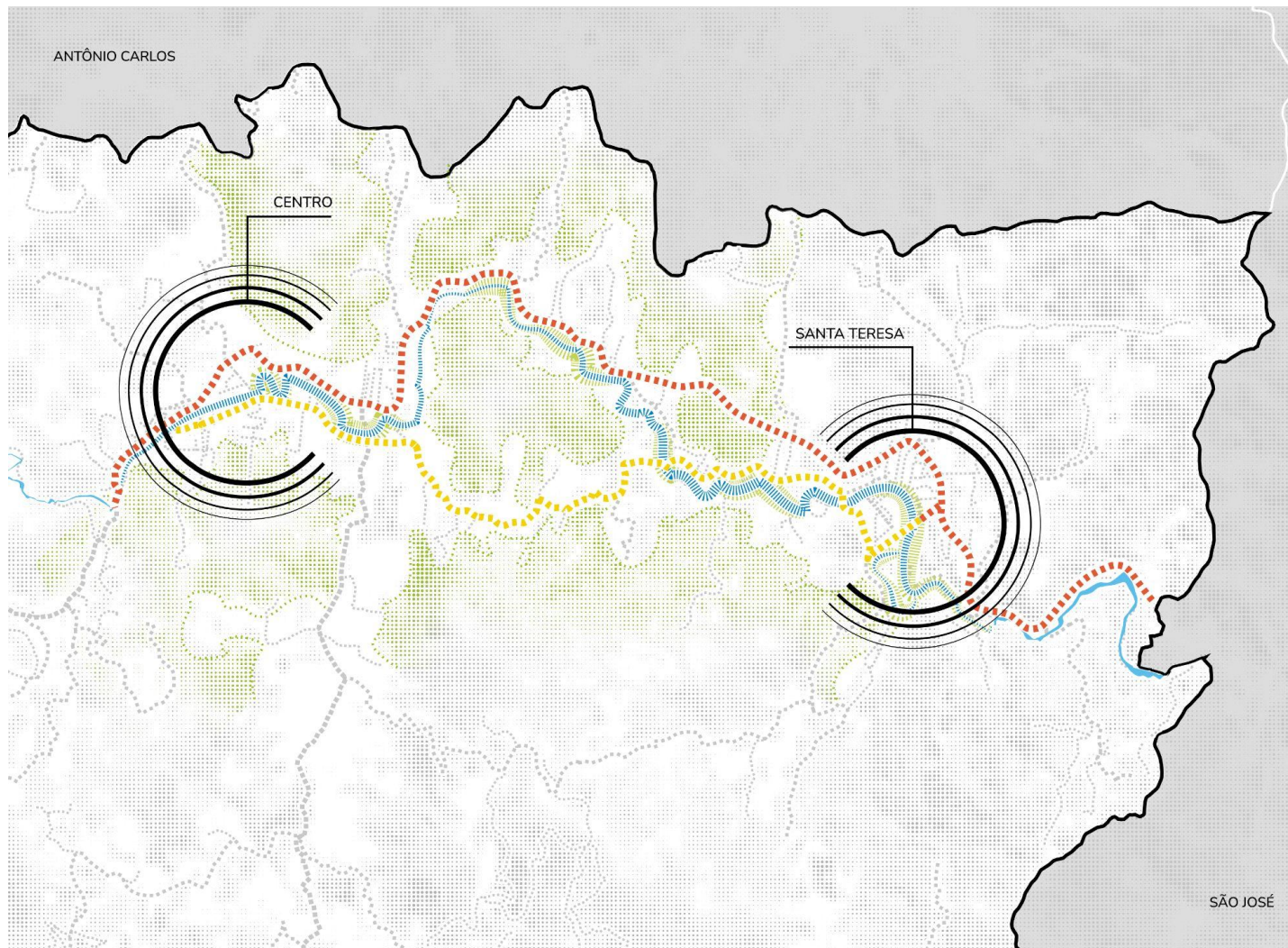
- Conectar fragmentos de áreas verdes, como parques, praças, reservas naturais e outras áreas de conservação, criando uma rede verde contínua dentro da cidade.



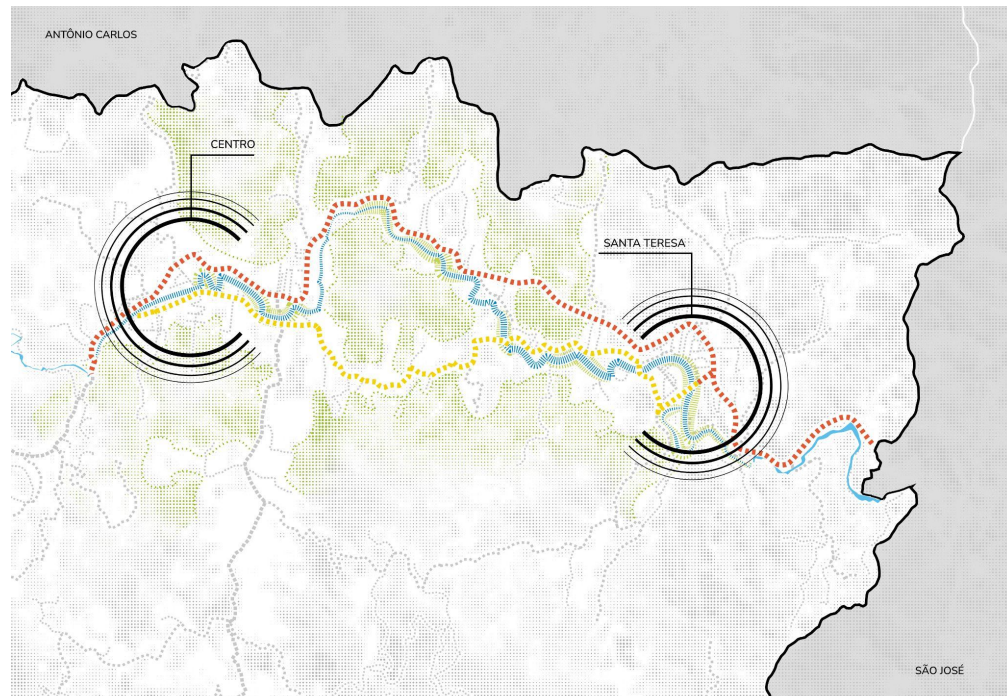
Proposta para rede de espaços livres

-  Vias arborizadas
-  Vias arborizadas com infraestrutura cicloviária
-  Parque linear
-  Massas verdes

participa
são pedro



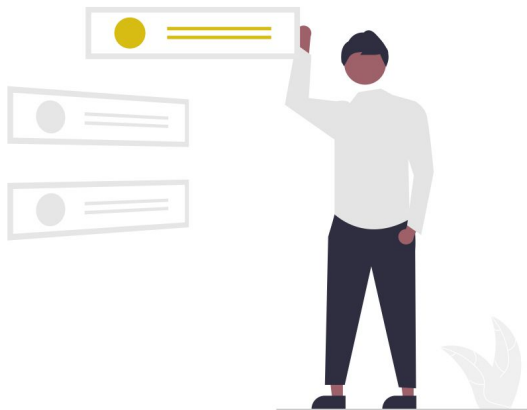
Proposta para rede de espaços livres



Objetivos:

- Proporcionar uma **distribuição equitativa e acessível de áreas verdes para os cidadãos**, promovendo a qualidade de vida e o bem-estar da população.
- **Preservação do meio ambiente e da biodiversidade**, a melhoria da qualidade do ar, a redução do impacto das ilhas de calor nas áreas urbanas e o controle das águas pluviais.
- **Criar um sistema de lugares significativos do patrimônio histórico construído**, criando conexões entre as edificações históricas construídas, localizadas tanto em áreas rurais quanto urbanas, e dando significado aos conjuntos e à paisagem cultural;

DIRETRIZ 04



O plano diretor deve demarcar áreas de interesse ambiental prioritárias à implantação de espaços de lazer, reforçando a integração entre as paisagens naturais, as centralidades e equipamentos comunitários.

Discussão

BLOCO 1

FICHAS - Exemplo

BLOCO 1

Por favor, assinale o nível de importância das seguintes diretrizes propostas para o Município, de 1 a 5, sendo 1 "Não é importante para o Município" e 5 "Muito importante para o Município":

DIRETRIZ 01 - O plano diretor deve prever ocupação mais intensa na parte mais estruturada da área central, qualificar as centralidades e evitar a ocupação linear, orientando o crescimento urbano para áreas com menor risco ambiental.

não é importante	pouco importante	moderadamente importante	importante	muito importante
1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐

DIRETRIZ 02 - O plano diretor deve incentivar a melhor conexão entre as centralidades e a distribuição mais equilibrada dos serviços, equipamentos comunitários, empregos e comércios.

não é importante	pouco importante	moderadamente importante	importante	muito importante
1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐

DIRETRIZ 03 - O plano diretor deve priorizar os modos de deslocamento ativos (caminhada e bicicleta) e o transporte público, articulando as centralidades e concentrando densidade nas vias prioritárias da área central.

não é importante	pouco importante	moderadamente importante	importante	muito importante
1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐

DIRETRIZ 04 - O plano diretor deve demarcar áreas de interesse ambiental prioritárias à implantação de espaços de lazer, reforçando a integração entre as paisagens naturais, as centralidades e equipamentos comunitários.

não é importante	pouco importante	moderadamente importante	importante	muito importante
1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☐

FICHAS - Exemplo

BLOCO 1

Por favor, assinale o nível de importância das seguintes diretrizes propostas para o Município, de 1 a 5, sendo 1 "Não é importante para o Município" e 5 "Muito importante para o Município":

DIRETRIZ 01 - O plano diretor deve prever ocupação mais intensa na parte mais estruturada da área central, qualificar as centralidades e evitar a ocupação linear, orientando o crescimento urbano para áreas com menor risco ambiental.

não é importante	pouco importante	moderadamente importante	importante	muito importante
1 ☐	2 ☐	3 ☒	4 ☐	5 ☐

DIRETRIZ 02 - O plano diretor deve incentivar a melhor conexão entre as centralidades e a distribuição mais equilibrada dos serviços, equipamentos comunitários, empregos e comércios.

não é importante	pouco importante	moderadamente importante	importante	muito importante
1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☒	5 ☐

DIRETRIZ 03 - O plano diretor deve priorizar os modos de deslocamento ativos (caminhada e bicicleta) e o transporte público, articulando as centralidades e concentrando densidade nas vias prioritárias da área central.

não é importante	pouco importante	moderadamente importante	importante	muito importante
1 ☐	2 ☒	3 ☐	4 ☐	5 ☐

DIRETRIZ 04 - O plano diretor deve demarcar áreas de interesse ambiental prioritárias à implantação de espaços de lazer, reforçando a integração entre as paisagens naturais, as centralidades e equipamentos comunitários.

não é importante	pouco importante	moderadamente importante	importante	muito importante
1 ☐	2 ☐	3 ☐	4 ☐	5 ☒

FICHAS - Exemplo

BLOCO 1

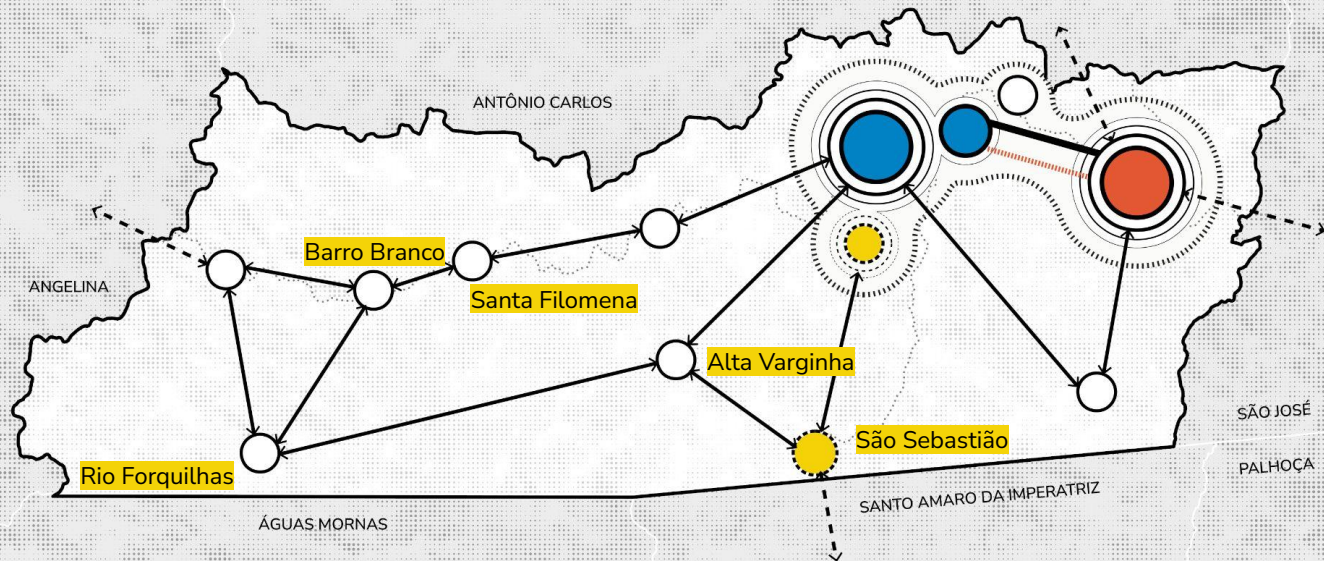
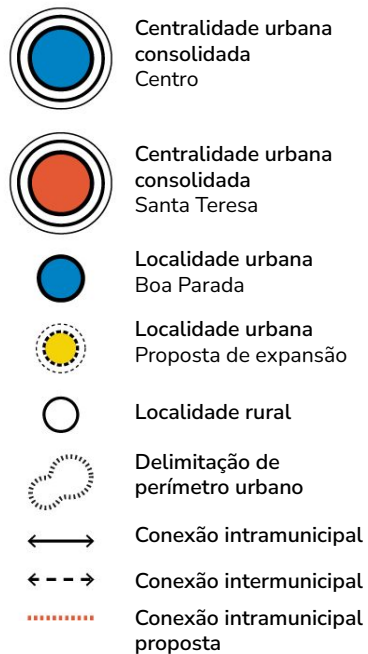
Espaço para Comentários: Este é um espaço aberto para você adicionar qualquer comentário adicional sobre as diretrizes apresentadas. **Por favor, mencione o número da diretriz relacionada ao seu comentário.**

*3 - Sobre a mobilidade acredito que o ponto de maior
atenção deva ser....*

BLOCO 2

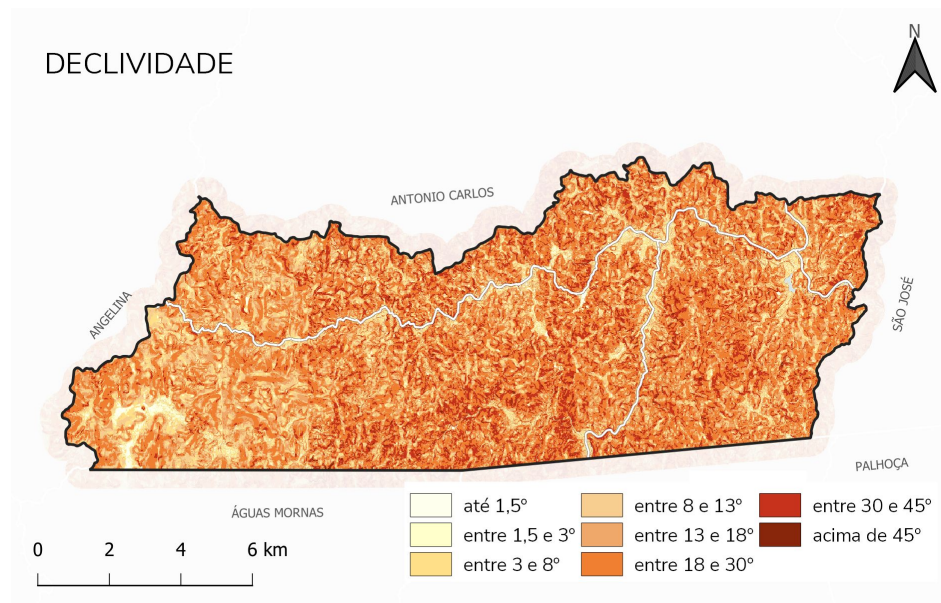
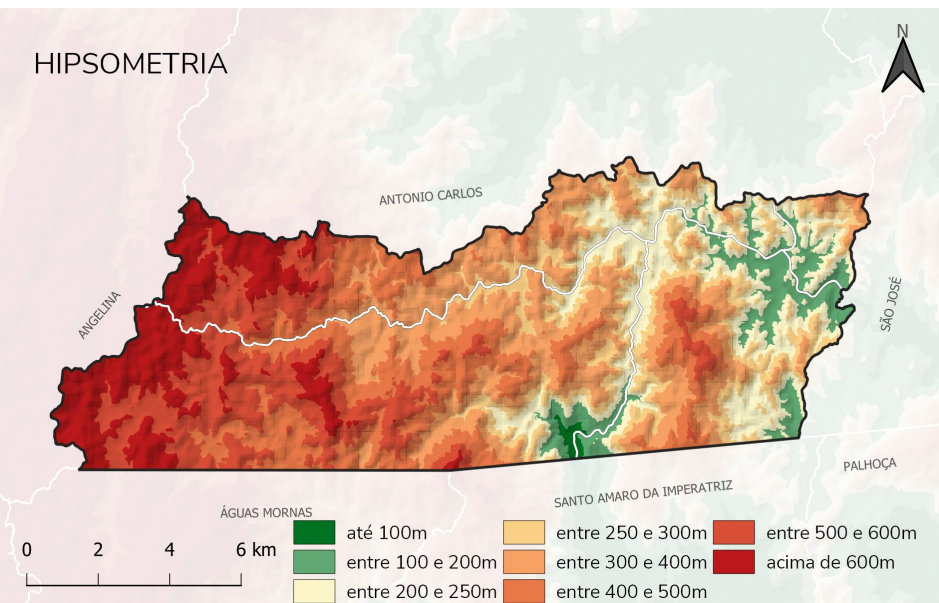
desenvolvimento área rural

Localidades rurais



Desenvolvimento rural

- São Pedro de Alcântara apresenta uma geomorfologia homogênea, com morros e vales encaixados, com exceção das planícies, mesmo que estreitas, localizadas junto às localidades do Centro e de Santa Teresa
- O relevo acidentado do município faz com que o território seja, de certa forma, isolado em relação a maioria dos municípios vizinhos



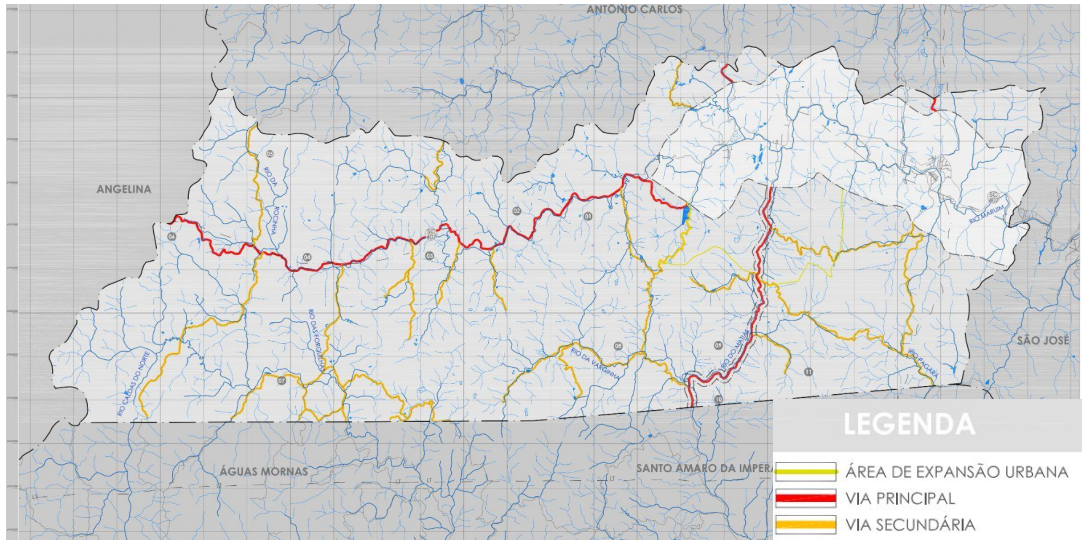
Desenvolvimento rural

MOBILIDADE URBANA

- No sistema viário de São Pedro de Alcântara, encontramos tanto as características de vale encaixado quanto da urbanização linear,
- O município dispõe de sua própria hierarquização viária (Lei Complementar nº 83 de 2011)

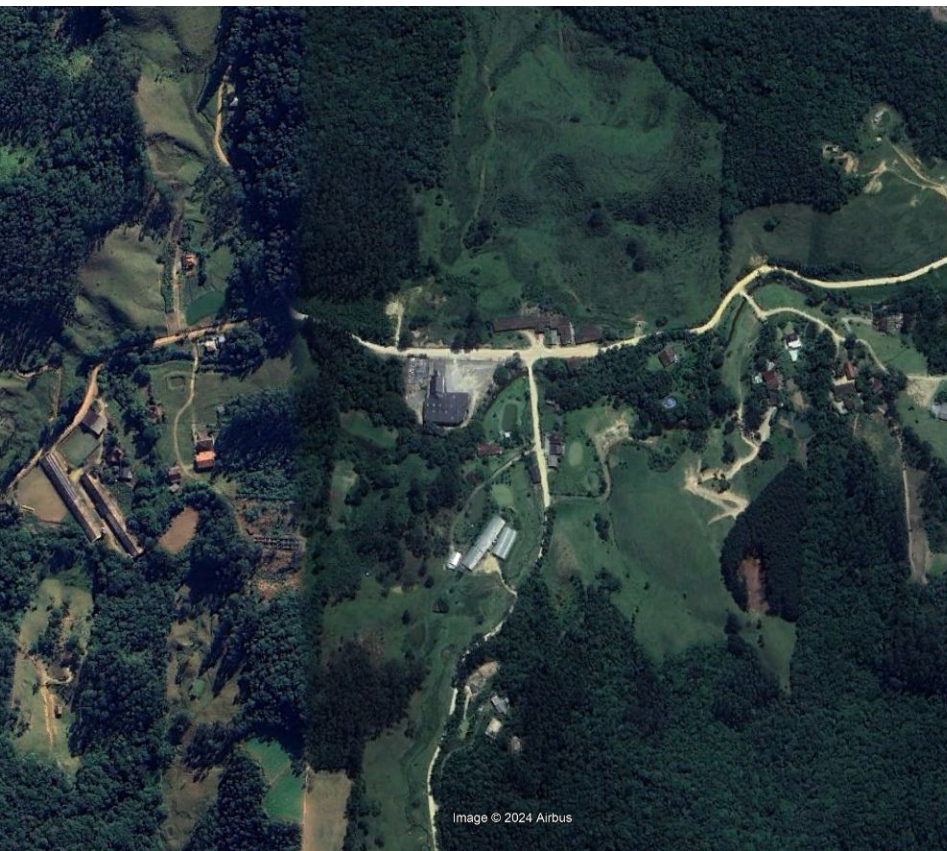


Hierarquia viária de São Pedro de Alcântara



Localidades rurais

Barro Branco



Santa Filomena



Localidades rurais

Rio Forquilhas



Image © 2024 Airbus

Alta Varginha



Image © 2024 Airbus

Localidades rurais

São Sebastião



são pedro

Patrimônio Cultural



Cemitério de Sta. Filomena



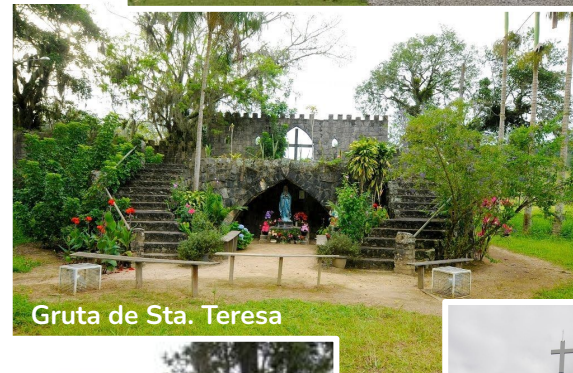
Casarão da Família Schweitzer



Igreja matriz



Casa de música Kretzer



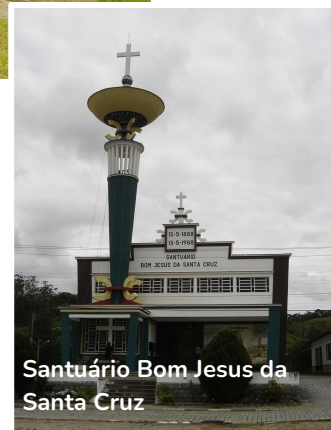
Gruta de Sta. Teresa



Casa Germano A. Kretzer



Casa pequena Kretzer

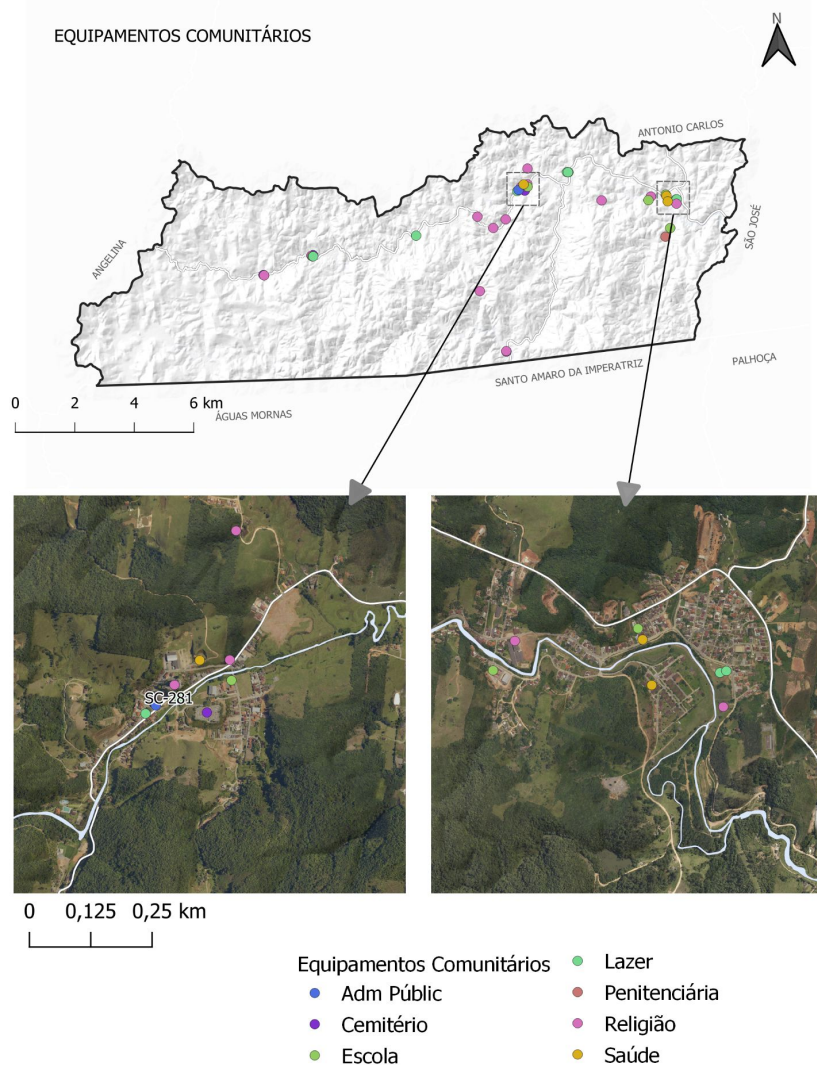


Santuário Bom Jesus da Santa Cruz

Localidades rurais

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E ÁREAS DE LAZER

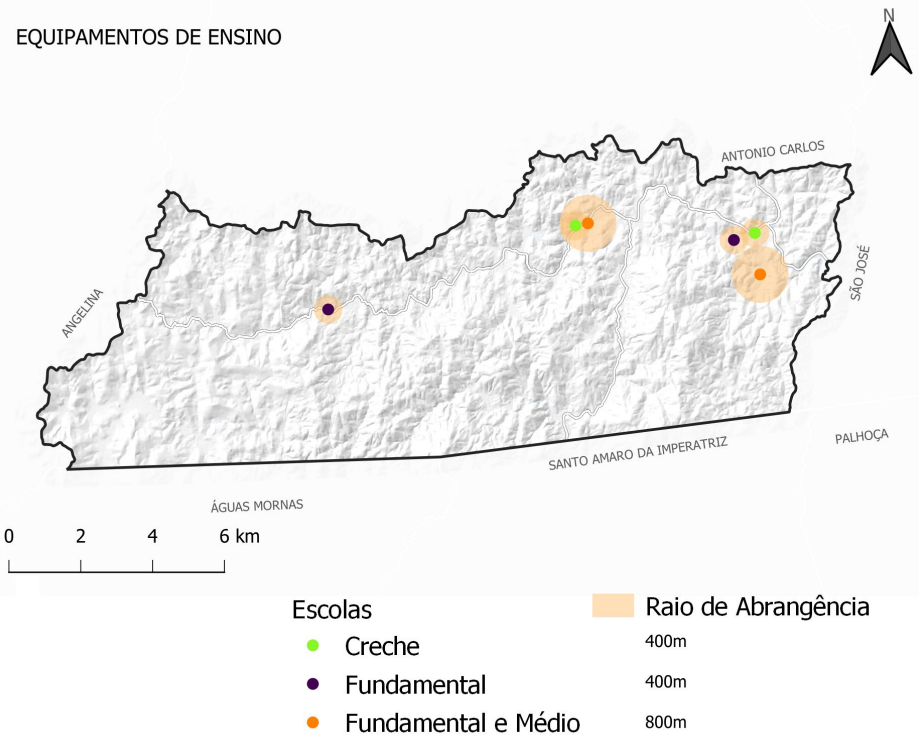
- Concentração significativa nas áreas urbanas.
- Predominância de equipamentos religiosos, contrastando com um menor número de instituições voltadas para a educação, saúde e lazer.
- As áreas de lazer, por sua vez, abarcam o território de forma mais abrangente, visto que estão distribuídas ao longo da SC-281 de forma espaçada.



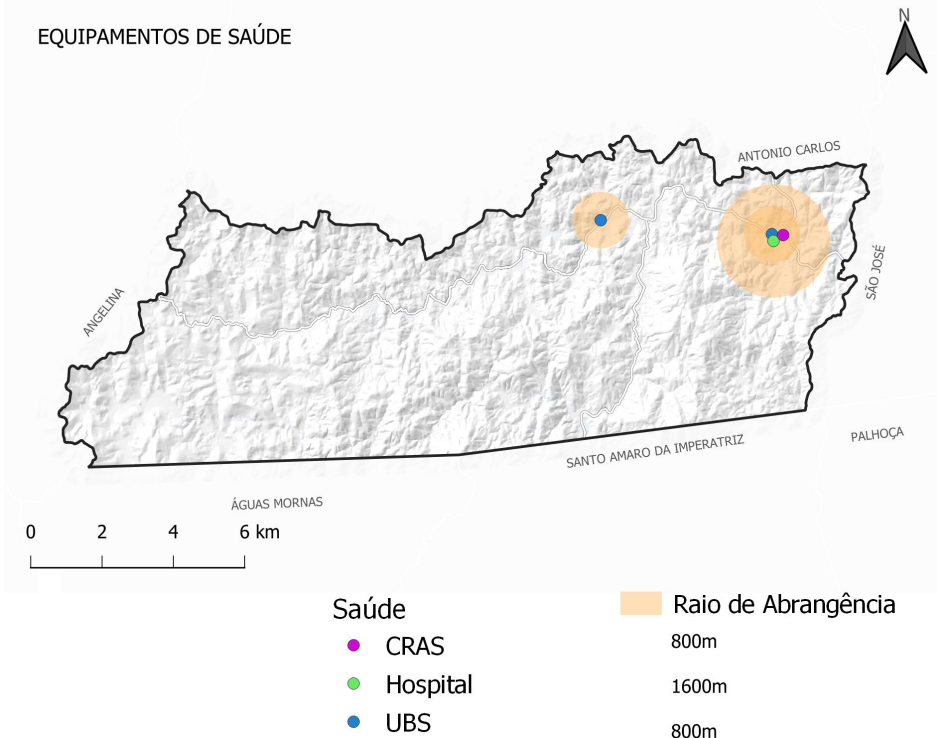
Desenvolvimento rural

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

EQUIPAMENTOS DE ENSINO



EQUIPAMENTOS DE SAÚDE



Desenvolvimento rural

Usos permitidos/incentivados na área rural

Decreto 62504 - Regulamenta o Art. 65

II - Desmembramentos de iniciativa particular que visem a atender interesses de Ordem Pública na zona rural, como:

a) Os destinados à instalação de estabelecimentos comerciais, quais sejam:

1. postos de abastecimento de combustível, oficinas mecânicas, garagens e similares;
2. lojas, armazéns, restaurantes, hotéis e similares;
3. silos, depósitos e similares.

b) os destinados a fins industriais, quais sejam:

1. barragens, represas ou açudes;
2. oleodutos, aquedutos, estações elevatórias, estações de tratamento de água, instalações produtoras e de transmissão de energia elétrica, instalações transmissoras de rádio, de televisão e similares;
3. extrações de minerais metálicos ou não e similares;
4. instalação de indústrias em geral.

Desenvolvimento rural

Usos permitidos/incentivados na área rural

Decreto 62504 - Regulamenta o Art. 65

c) os destinados à instalação de serviços comunitários na zona rural quais sejam:

1. portos marítimos, fluviais ou lacustres, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias e similares;
2. colégios, asilos, educandários, patronatos, centros de educação física e similares;
3. centros culturais, sociais, recreativos, assistenciais e similares;
4. postos de saúde, ambulatórios, sanatórios, hospitais, creches e similares;
5. igrejas, templos e capelas de qualquer culto reconhecido, cemitérios ou campos santos e similares;
6. conventos, mosteiros ou organizações similares de ordens religiosas reconhecidas;
7. áreas de recreação pública, cinemas, teatros e similares.

Desenvolvimento rural

Usos permitidos/incentivados na área rural

1. Pousadas rurais, chácaras, sítios de recreio (respeitado módulo fiscal);
2. Incentivo a atividades que contribuam para a dinâmica dos espaços rurais multifuncionais voltada para o desenvolvimento de atividades primárias, não excluídas atividades dos setores secundário e terciário;
3. Consolidar o uso rural produtivo, por meio de atividades agrossilvopastoris, agroindustriais e de turismo rural, de forma compatível com a conservação dos recursos naturais

Lei 4504 - Estatuto da Terra

Art. 65. O imóvel rural não é divisível em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural.

Decreto 62504 - Regulamenta o Art. 65

Art 1º Os desmembramentos disciplinados pelo Art. 65 Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1968, e pelo Art. 11 de Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, são aqueles que implicam na formação de novos imóveis rurais.

Art 2º Os desmembramentos de imóvel rural que visem a constituir unidades com destinação diversa daquela referida no Inciso I do [Artigo 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964](#), não estão sujeitos às disposições do [Art. 65 da mesma lei](#) e do [Art. 11 do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966](#), desde que, comprovadamente, se destinem a um dos seguintes fins:

I - Desmembramentos decorrentes de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, na forma prevista no [Artigo 390, do Código Civil Brasileiro](#), e legislação complementar.

**irregularidade fundiária
fora do perímetro urbano
com características urbanas
informalidade**



- Presença de um número representativo de UHs (60), com densidade de moradias;
- Baixa diversidade de usos;
- Boa disponibilidade de infra (iluminação pública, pavimentação, etc)
- Claro processo de crescimento entre 2007 e 2022
- Lotes seguem, em geral, padrão estipulado pelo PDP para áreas urbanas
- Área com restrições ambientais relativamente baixa
- Sugestão perímetro urbano descontínuo



novo perímetro urbano descontínuo no Garcia

irregularidade fundiária

LOCAL 4 - Centro

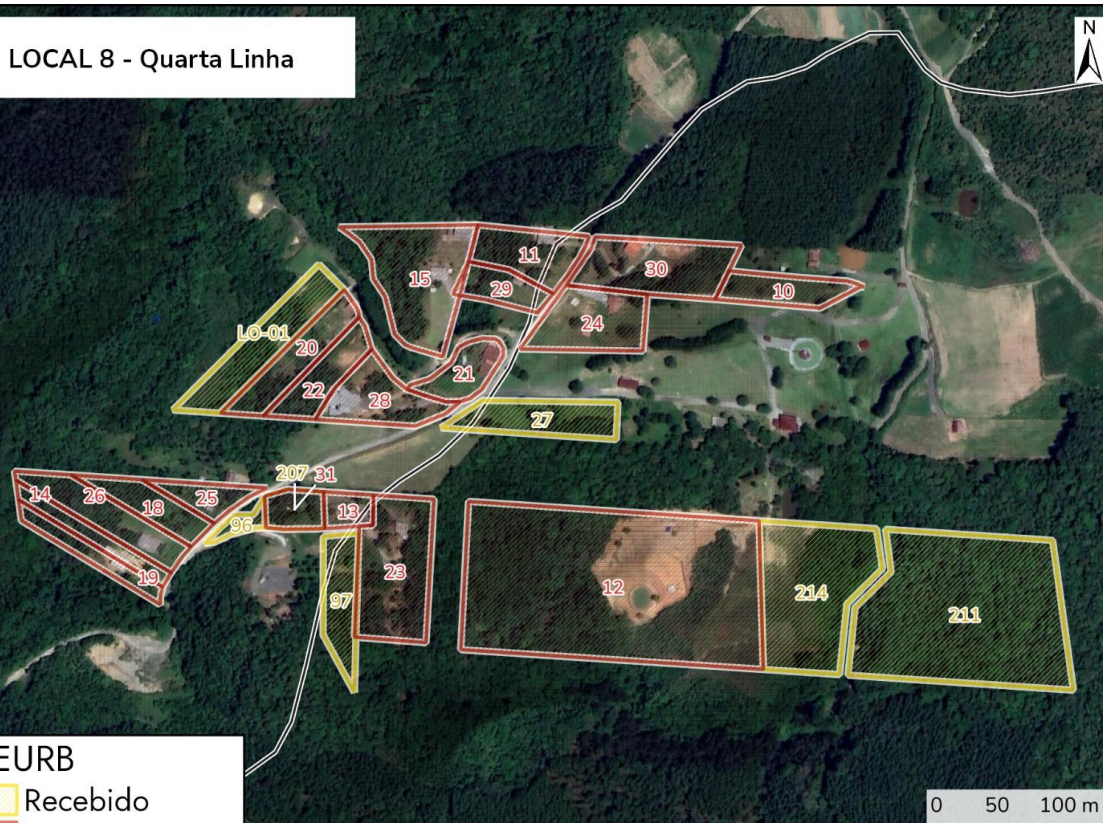


- Situado no interior do perímetro urbano da Macrozona Urbana Central
- Área média dos lotes parece obedecer legislação atual (360m²)
- Delimitação dos lotes é imprecisa e parece não considerar edificações existentes;
- A regularização pelo REURB-E não parece ser a única possível. Parece haver outros modos de regularização, conforme definição da LF 13.465 (desmembramento e loteamento)
- Se esgotadas outras formas de regularização, poderia ser reconhecido como “núcleo urbano informal”

englobado pela expansão do perímetro urbano do centro

irregularidade fundiária

LOCAL 8 - Quarta Linha



não constitui núcleo urbano informal, possibilidade de condomínio rural

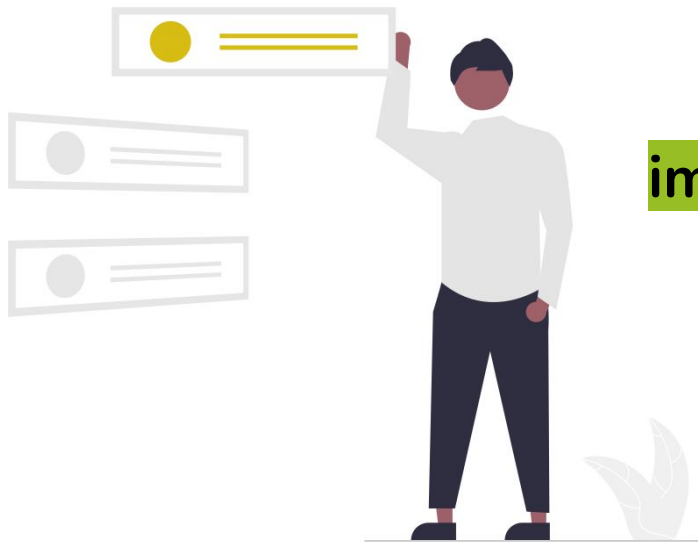


- Situado à cerca de 5,5km do distrito sede
- Não possui características e usos urbanos
- Lotes de grandes dimensões, com baixíssima taxa de ocupação (1,5mil m² à 30m²)
- Muitos lotes não são acessíveis por via pública (sendo irregular o desmembramento)
- Possibilidade de condomínio rural?
- Grande gleba dividida em várias menores
- Atravessa os municípios de Angelina e Águas Mornas.



DIRETRIZ 05

O plano diretor deve incentivar a diversificação econômica sustentável da área rural, integrando à valorização do turismo de baixo impacto e do patrimônio cultural, combatendo o parcelamento irregular e implementando a infraestrutura básica.



políticas setoriais

Políticas Setoriais

Atualmente: Título II - Das diretrizes e ações estratégicas das **políticas urbanas:** estabelece diretrizes para a política de desenvolvimento municipal e para políticas setoriais.



Políticas e planos Setoriais no PD atual

Título II

Política de Desenvolvimento Municipal	
Política de Desenvolvimento Socioeconômico e Infraestrutura Social	Do trabalho, emprego e renda
	Do desenvolvimento do setor primário
	Do desenvolvimento do setor secundário
	Do desenvolvimento do setor terciário
	Do desenvolvimento do turismo
	Do desenvolvimento humano e qualidade de vida
	Da habitação
	Da educação
	Da saúde
	Da assistência social
	Da cultura, esporte e lazer
Política ambiental	Sistema municipal de áreas verdes
Políticas de Infraestrutura e Serviços Públicos	Do sistema viário
	Do sistema de transporte e mobilidade
	Do saneamento público
	Da iluminação pública
	Do sistema de comunicação
	Do serviço funerário
	Da segurança pública
	Do abastecimento alimentar

1ª Análise

manter

remover

temas aderentes
- que aparecem no
plano de outra forma

Política de Desenvolvimento Municipal	
Política de Desenvolvimento Socioeconômico e Infraestrutura Social	Do trabalho, emprego e renda
	Do desenvolvimento do setor primário
	Do desenvolvimento do setor secundário
	Do desenvolvimento do setor terciário
	Do desenvolvimento do turismo
	Do desenvolvimento humano e qualidade de vida
	Da habitação
	Da educação
	Da saúde
	Da assistência social
Política ambiental	Da cultura, esporte e lazer
	Sistema municipal de áreas verdes
Políticas de Infraestrutura e Serviços Públicos	Do sistema viário
	Do sistema de transporte e mobilidade
	Do saneamento público
	Da iluminação pública
	Do sistema de comunicação
	Do serviço funerário
	Da segurança pública
	Do abastecimento alimentar

Políticas Setoriais - os planos existentes

Plano Municipal de Saneamento Básico - 2011

Política Municipal de Saneamento Básico - 2013
Definir e remeter



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

VOLUME I

Consolidação do Plano Municipal de Saneamento



Dezembro de 2011

Lei Nº 795, de 18 de Novembro de 2013

LEI Nº 795, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013

“Dispõe Sobre a Política Municipal de Saneamento Básico do Município de São Pedro de Alcântara, Cria o Fundo e o Conselho Municipal de Saneamento Básico”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

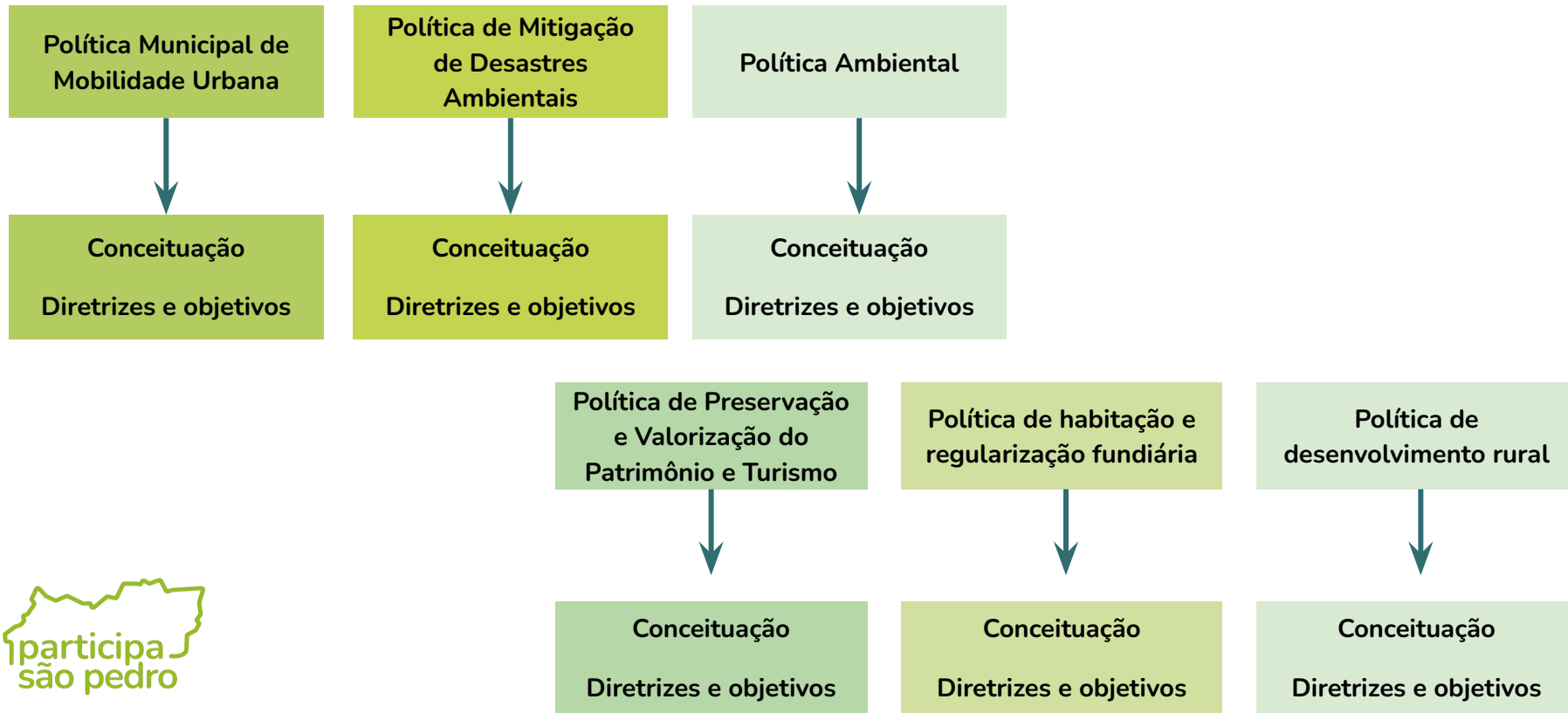
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I - Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Saneamento Básico de São Pedro de Alcântara, que tem por objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a sanidade pública, contribuir para o desenvolvimento sustentável e estabelecer diretrizes ao poder público e à coletividade para o planejamento e execução das ações, obras e serviços de saneamento, a fim de promover a defesa, a proteção e recuperação da salubridade ambiental. Dispõe também sobre os princípios da Política Municipal de Saneamento Básico, objetivos e instrumentos, bem como sobre suas diretrizes específicas relativas ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.



Políticas Setoriais propostas



Políticas Setoriais propostas

Política Municipal de Saneamento Ambiental - Definir e remeter a política existente

Política Municipal de Mobilidade Urbana

Política de Mitigação de Desastres Ambientais

Política Ambiental

Política de preservação e valorização do patrimônio e do turismo

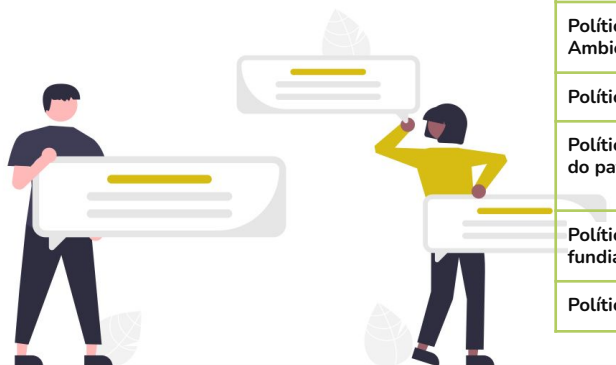
Política de habitação e regularização fundiária

Política de desenvolvimento rural

DIRETRIZ 6

Considerando as políticas propostas, classifique-as de acordo com sua importância para o desenvolvimento sustentável do município:

Política/ Grau de importância	1 -Pouco importante	2 -Algo importante	3- Moderadamente importante	4-Importante	5 -Muito Importante
Política Municipal de Mobilidade Urbana	☐	☐	☐	☐	☐
Política Municipal de Mobilidade Urbana	☐	☐	☐	☐	☐
Política de Mitigação de Desastres Ambientais	☐	☐	☐	☐	☐
Política Ambiental	☐	☐	☐	☐	☐
Política de preservação e valorização do patrimônio e do turismo	☐	☐	☐	☐	☐
Política de habitação e regularização fundiária	☐	☐	☐	☐	☐
Política de Desenvolvimento Rural	☐	☐	☐	☐	☐



Instâncias Participativas

Instâncias Participativas - No PD atual

Art. 136 O Sistema Municipal de Gestão do Planejamento é o **conjunto de órgãos e entidades públicas e representantes da sociedade civil** voltados para propiciar o desenvolvimento de um **processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão da política urbana**.

CAPÍTULO I - DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

CAPÍTULO II - DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES

CAPÍTULO III - DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL

CAPÍTULO IV - DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DA POLÍTICA URBANA

SEÇÃO I - DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS

SEÇÃO II - DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

SEÇÃO III - DAS AUDIÊNCIAS E CONSULTAS PÚBLICAS



Art. 147 É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da Política Urbana, dentre outras, mediante as seguintes instâncias de participação:

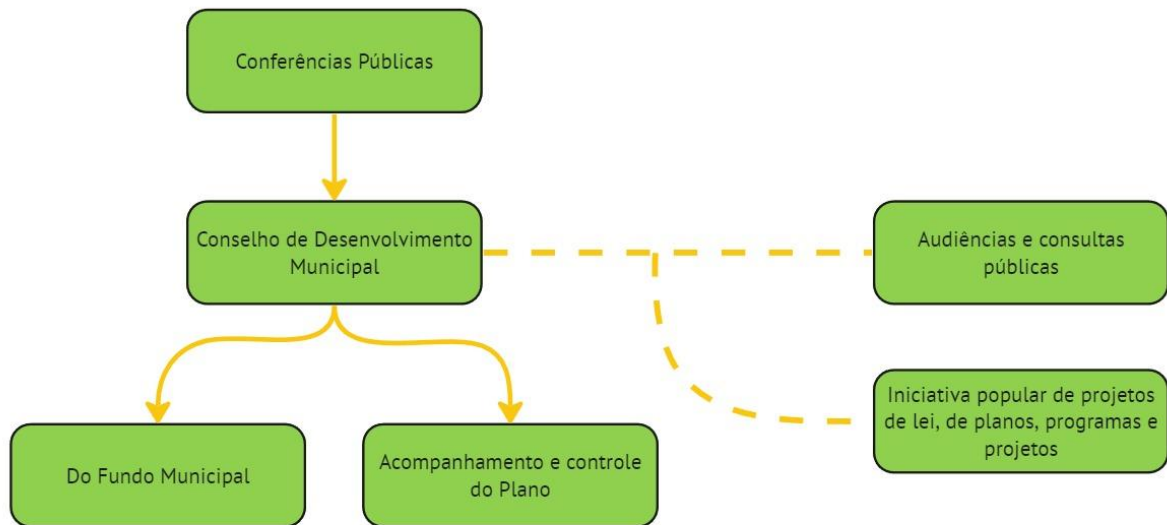
- I. Conferências públicas;
- II. Conselho de Desenvolvimento Municipal;
- III. Audiências e consultas públicas;
- IV. Assembléias Regionais de Política Municipal;
- V. Iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento municipal;
- VI. Conselhos correlatos reconhecidos pelo Poder Executivo Municipal;
- VII. Fundo de Desenvolvimento Municipal;
- VIII. Assembléias e reuniões de elaboração do Orçamento Municipal;
- IX. Programas e projetos com gestão popular;
- X. Sistema Municipal de Informações;
- XI. Conselhos municipais.

Instâncias Participativas - proposta

O Estatuto da Cidade (Lei federal 10.257/2001), diretrizes previstas no art. 2º

Gestão democrática da cidade, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (inciso II)

Gestão democrática e Sistema municipal de planejamento urbano



DIRETRIZ 7

O plano diretor deve fortalecer as instâncias de participação na política urbana municipal, e consolidar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Municipal de SPA no processo de gestão e planejamento territorial.



Discussão

BLOCO 2



ACOMPANHE O PROCESSO:

participaspa.sites.ufsc.br/

e-mail



participaspa@gmail.com

redes sociais



[@ParticipaSPA](https://www.instagram.com/ParticipaSPA)



[Participa São Pedro](https://www.facebook.com/ParticipaSaoPedro)



[@participaspa](https://www.youtube.com/@participaspa)

